

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Gustavo Bastezini

**O jesuíta que criticou o Rei: Juan de Mariana e o tratado *De Monetae Mutatione*
(1609) na mudança do pensamento econômico da Igreja Católica.**

Florianópolis

2019

Gustavo Bastezini

O jesuíta que criticou o Rei: Juan de Mariana e o tratado *De Monetae Mutatione* (1609) na mudança do pensamento econômico da Igreja Católica.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. João Klug

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bastezini, Gustavo

O jesuíta que criticou o Rei: Juan de Mariana e o tratado De Monetae Mutatione (1609) na mudança do pensamento econômico da Igreja Católica. / Gustavo Bastezini ; orientador, João Klug, 2020.
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. Escolástica. 3. Tomismo. 4. Juan de Mariana. 5. História Econômica. I., João Klug. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

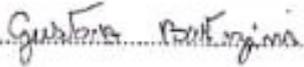
Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, às catorze horas, na sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. João Klug (Orientador e Presidente); Prof. Cassiano Ricardo Dalberto (Titular); Prof. Paulo Pinheiro Machado (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº91/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Gustavo Bastezini**, intitulado: "O jesuíta que criticou o rei: Juan de Mariana e o tratado *De Monetæ Mutatione* (1609) na mudança do pensamento econômico da Igreja Católica". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. João Klug, nota 8,5, Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, nota 8,5, Prof. Paulo Pinheiro Machado, nota 8,5, sendo o(a) acadêmico(a) aprovado(a) com a nota final 8,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2019.

Prof. João Klug (Orientador):.....

Prof. Cassiano Ricardo Dalberto (Titular):.....

Prof. Paulo Pinheiro Machado (Suplente):.....

Gustavo Bastezini (Candidato):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) **Gustavo Bastezini**, matrícula
n.º 16101519, entregou a versão final de seu TCC com o título é

**O jesuíta que criticou o Rei: Juan de Mariana e o tratado *De Monetae Mutatione*
(1609) na mudança do pensamento econômico da Igreja Católica.**

com as devidas correções sugeridas pela banca avaliadora.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2020


Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho à:

Deus, que sem ele nada seria possível.

A meus pais, Linoir (*in memoriam*) e Sandra.

Aos meus amigos que me ajudaram na caminhada deste curso.

Aos professores da UFSC que me ajudaram no meu caminho profissional.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender se a mudança do pensamento econômico da Igreja Católica Romana se deu pelas externalidades, o estado espanhol e a burguesia, ou pela filosofia tomista-aristotélica. Neste estudo foi utilizado o autor Juan de Mariana, escolástico, que nasceu na Espanha e escreveu o tratado *De Monetae Mutatione*, sobre a alteração da moeda, onde expõe argumentos sobre a desvalorização da moeda. O tratado serve como base para entender a mudança do pensamento econômico da Igreja Católica Romana. Através da metodologia braudeliana de decomposição do tempo, sendo eventos, conjuntura e estrutura, pode-se analisar as ideias ao longo do tempo. A sensação e noção de tempo também foram usadas para entender a dinâmica social, assunto trabalhado pelo teórico Reinhart Koselleck. Com uma análise da conjuntura da dinâmica social da Europa ocidental e apresentação das noções sobre os conceitos de dinheiro, economia e moeda nos tempos da antiguidade, idade média e moderna, pode-se chegar a uma conclusão. As externalidades tiveram efeito na pesquisa sobre economia, mas o que mais afetou diretamente a mudança do pensamento econômico da Igreja Católica Romana, foi a introdução do pensamento tomista-aristotélico nos meios científicos.

Palavras-chave: Escolástica; Tomismo; Juan de Mariana; Economia; História Econômica.

ABSTRACT

This paper aims to understand if the change in the economic thinking of the Roman Catholic Church was due to externalities, the Spanish state and the bourgeoisie, or by the Thomist-Aristotelian philosophy. The author used the scholastic author Juan de Mariana, who was born in Spain and wrote the treatise *De Monetæ Mutatione*, on the alteration of the currency, where he presents arguments about the devaluation of the currency. The treaty serves as a basis for understanding the changing economic thinking of the Roman Catholic Church. Through the Braudelian methodology of time decomposition, being events, conjuncture and structure, one can analyze the ideas over time. The sense and notion of time were also used to understand social dynamics, a subject worked by theorist Reinhart Koselleck. With an analysis of the conjuncture of the social dynamics of western Europe and the presentation of the notions about the concepts of money, economy and money in the times of antiquity, middle and modern age, one can reach a conclusion. Externalities had an effect on economic research, but what most directly affected the change in economic thinking of the Roman Catholic Church was the introduction of Thomist-Aristotelian thinking into scientific circles.

Keywords: Scholastic; Thomism; Juan de Mariana. Economy; Economic history.

SÚMARIO

Introdução	10
Capítulo I - Economia e dinheiro na longa duração	14
1.1 - A concepção de dinheiro e riqueza para Santo Agostinho	17
1.2 - A economia e o dinheiro na idade média: usura e Inflação	20
1.3 - O pensamento econômico na idade moderna dentro da Igreja Católica Romana	24
Capítulo II - A reconstrução do pensamento aristotélico e a escolástica medieval	28
2.1 - Acesso a novas obras e perspectivas sobre filosofia: Aristóteles	30
2.2 - Economia e outros pensamentos: A filosofia tomista	32
2.3 A escolástica medieval: a importância na ciência econômica	39
Capítulo III - O tratado De Monetae Mutatione (1609)	43
3.1. O jesuíta que criticava o Rei: Juan de Mariana e seu pensamento econômico	45
3.2 De Monetae Mutatione (1609): Sobre a Alteração da Moeda	48
3.3 O pensamento de “longa duração”: A Escola Austríaca	64
Considerações finais	67
Referências Bibliográficas	70

Introdução

O pensamento econômico é um fator importante para entender relações entre os seres humanos. A Igreja Católica Romana ao longo de sua história tratou de diferentes formas a economia. Lembrando que a palavra economia deriva do grego, onde tinha um significado em geral sobre regras de administração ou leis da casa. Tendo isso exposto, podemos observar, através de estudos sobre o pensamento econômico e por meio da importância do dinheiro na sociedade, a mudança de uma economia doméstica e particular para uma pública e coletiva. Ao decorrer da Idade Média o uso do dinheiro começou a intensificar-se na criação das primeiras cidades. Com o aumento da população em um pequeno território, cada vez mais foi necessário a criação de mercados fixos¹, as famosas feiras, e também o aumento da cunhagem de moedas.

O pensamento dominante sobre a economia dentro da Igreja Católica Romana durante muitos séculos pode ser exemplificado através de algumas passagens bíblicas que condenam a riqueza e a usura. No entanto com as cidades crescendo, a aparição de textos de Aristóteles e uma crescente procura por produtos exóticos, a igreja teve que começar debates acerca do pensamento econômico que tinham. Duas figuras importantes para se entender os pensamentos que se tinham são: Santo Agostinho de Hipona, viveu no Século IV e V, foi fortemente influenciado pelo platonismo, estoicismo e o neoplatonismo e tendo suas principais ideias sendo vigorosamente defendidas até Aquino; Santo Tomás de Aquino, viveu no século XIII, época do crescimento das cidades e do uso do dinheiro, fora fortemente influenciado por Aristóteles e iniciou um novo tipo de pensamento dentro da Igreja, e dentro da escolástica que fora fundada por Anselmo de Cantuária.

A Escolástica, método filosófico-teológico, podemos dizer que perdurou durante vários séculos, perpassando a Idade média e adentrando no início da Idade Moderna. Esse método de conhecimento fora muito influenciado pelo tomismo e este, por sua vez, por Aristóteles. Com as cidades estabelecidas e a “descoberta” das Américas pelos Portugueses e Espanhóis, novas demandas quanto ao dinheiro e o comércio foram aparecendo e para isso a Escola de Salamanca, entre outras, fora a responsável por responder esses anseios da monarquia católica espanhola.

¹ Neste caso o aumento de feiras permanentes também proporcionou a aglomeração de pessoas em cidades.

Juan de Mariana, escolástico tardio, escreveu um livro chamado *De Monetae Mutatione (1609)*, publicado em português sob o título, Sobre a Alteração da Moeda, na MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia. Nascido em Toledo na Espanha vivenciou diversos atritos entre a Igreja Católica Romana e os reinos católicos por causa de seus escritos. O livro escrito por ele e que aqui analisar-se-á, traz pontos importantes quanto a desvalorização da moeda, a entrada dela no país graças à exploração nas Américas pela Espanha, e o monopólio e histórico de ações reais quanto ao tema da desvalorização da moeda. Além de escrever sobre economia, o autor também escreveu trabalhos sobre a história da Espanha. Com isso seu tratado tem argumentos baseados em pesquisa histórica de leis e documentos que em muitos tratados econômicos de sua época não continham. Portanto, esse autor é importante para analisar a mudança de pensamento econômico, pois a Europa vivia uma mudança cultural e econômica também, além de ser um dos últimos escolásticos que podemos observar ter domínio do assunto.

Dada a importância da história do pensamento econômico para a compreensão da formação das sociedades, o presente trabalho, que analisa o ponto de vista da igreja católica, instituição chave e de grande importância e influência no período, se faz necessário para que, entendendo a mudança do pensamento da igreja a respeito da economia, se compreenda com maior clareza a estrutura de mercado da sociedade e suas transformações. E, para conseguir demonstrar essa mudança de concepção que influenciou a economia moderna, e, portanto, a nossa realidade atual, foi escolhido o tratado de Juan de Mariana do início do século XVII.

O século XVII é um momento importante para a compreensão econômica, a inserção de moedas vindas das extrações das Américas; a inflação; juros e usura em debate. Atualmente ganham cada vez mais relevância as discussões sobre economia no ambiente público e acadêmico. Portanto, o entendimento da mudança da noção de economia e seu tratamento pela Igreja Católica são de grande importância para manter o debate quanto à história do pensamento econômico.

A economia como conhecemos hoje, uma ciência, para muitos na historiografia tradicional, tem a origem, na época dos iluministas, com seu principal representante sendo Adam Smith. No entanto, os escolásticos, que tinham grande influência no pensamento científico dentro das universidades europeias na idade média, já comentavam sobre temas econômicos. Por muito tempo se teve o senso comum de que a igreja católica não teve nenhuma influência, ou quase nula, quanto ao tema da

economia. No século passado com autores como Schumpeter e Murray Rothbard, ambos economistas, tivemos o resgate do pensamento desenvolvido pelos escolásticos (WOODS JR, 2014, p. 145). Pelos estudos desses economistas, os escolásticos tinham alcançado e elaborado ideais que defendem a liberdade econômica, assim como a ideia de valor subjetivo. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um tema que por muitos historiadores e economistas foi negligenciado ou omitido.

A fonte em especial que guia essa pesquisa é um tratado pouco trabalhado dentro da historiografia econômica. Em geral, Juan de Mariana não é um autor muito famoso pelos seus tratados ou ações. Quanto à viabilidade da pesquisa, as fontes, assim como as bibliografias sobre o tema são de fácil acesso, seja em sites ou livros. Esta pesquisa será centrada em documentos escritos.

Normalmente as pessoas atrelam a economia como a algo extremamente numérico, mas, como já afirmou Mises a ciência econômica estuda a ação humana. A economia está muito além de ser uma ciência apenas baseada em números, boa parte das ideias econômicas partem de uma visão de mundo, uma interpretação, para, desta forma, tentar expressar suas ideias em fórmulas aplicáveis ou não no mundo real. Portanto, como afirmado acima, a economia não está totalmente ligada a números, de tal maneira que boa parte dos pensamentos que levam a matemática econômica são baseadas em filosofia e moral, vindo desde a Grécia antiga e permeando a idade média toda até chegar nos tempos recentes.

Para trabalhar com a fonte primária, Tratado Sobre a Alteração da Moeda, e as fontes secundárias, livros sobre o tema, é necessário fazer perguntas a elas e também evidenciar os pontos que ficam manifestos em seu corpo. Conforme Mendes, nos explica que:

De acordo com a problemática, previamente detectada e definida, o investigador, através do questionário tido por mais adequado, "interroga" a fonte. Contrariamente ao lema adoptado pelos cultores da chamada "história metódica" - segundo o qual se devia "deixar falar a fonte" -, torna-se indispensável, por um lado, "fazê-la falar" e, por outro, saber interpretar os seus silêncios e/ou omissões (MENDES, 1995, 38).

Além disso, enquanto analisa-se um documento poder-se-á evidenciar fatos e novas ou diferentes perspectivas que podem mudar o rumo da pesquisa ou do entendimento de certos conceitos ou assuntos. Como salienta Marc Bloch no livro Apologia da História, a imparcialidade é essencial no trabalho do cientista, como

podemos observar no trecho, “O cientista registra, ou melhor, provoca o experimento que, talvez inverterá suas mais caras teorias” (BLOCH, 2001, p. 125).

De acordo com Mendes, no início da história econômica se costumava estudar certos assuntos, “Temáticas como o comércio e a revolução industrial, o movimento dos preços e dos salários e as crises econômicas passaram a ser frequentemente estudadas” (MENDES, 1995, pg. 41). Especificamente neste trabalho será tratado sobre comércio e movimento dos preços, que foram expostos no tratado de Juan de Mariana. Mas a história econômica não é um método autossuficiente. Segundo Kula (1977, p. 68), “não existe nenhuma disciplina histórica capaz de resolver os seus próprios problemas, utilizando somente os respectivos materiais e métodos” (apud MENDES, 1995, p. 45). Nesse tema Mendes destaca que:

Entre as ciências a que a história econômica tem vindo a recorrer — segundo uma perspectiva interdisciplinar, cada vez mais necessária—, contam-se as seguintes: demografia, geografia, economia, sociologia, antropologia e estatística ... a própria história econômica só beneficiará se continuar a trilhar novos caminhos, para o que as metodologias e experiências de outras disciplinas muito poderão contribuir. (MENDES, 1995, pp. 44-45)

Deste modo, as diferentes disciplinas que auxiliam a ver e analisar documentos e bibliografias de outras formas, fazem que o método de história econômica seja maleável ao ponto de que o autor molda um método específico para trabalhar cada assunto distinto. Além disso, será utilizado, para analisar as fontes, a metodologia braudeliana. Por essa metodologia pode-se entender em um modelo de decomposição do tempo, onde existem os eventos, as conjunturas e as estruturas (ROJAS, 2013, pg. 22).

Sendo assim, pode-se perguntar se a Igreja Católica Romana mudou seu pensamento em detrimento de externalidades, como o estado espanhol e a crescente burguesia, ou mudou de acordo com o pensamento teológico-filosófico em maior vigor, o tomismo? É o que este trabalho visa responder.

O restante desse trabalho está dividido em III Capítulos, sendo o primeiro capítulo sobre a economia e dinheiro na longa duração; o segundo capítulo sobre a reconstrução do pensamento aristotélico e a escolástica medieval; o terceiro capítulo sobre o tratado *De Monetae Mutatione* (1609, tendo por fim as considerações finais.

Capítulo I - Economia e dinheiro na longa duração

A economia e o dinheiro são conceitos importantes para entender as relações da sociedade em determinado espaço-tempo e postos em análise, irão ajudar a entender a permanência ou mudanças dessas concepções. Quanto à ciência econômica atual, pode-se afirmar que o seu avanço metodológico e filosófico está intimamente ligado com suas relações com o cristianismo, a filosofia e teologia. O dinheiro atualmente em papel, provém do resultado de discussões filosóficas. Platão, por exemplo defendia o papelismo e o estado determinar os valores das moedas, enquanto Aristóteles defendia o metalismo, pois acreditava que o dinheiro tinha que ter algum valor útil também². No fim, por muito tempo se usou o raciocínio de Aristóteles, mas nos tempos recentes o uso de moeda-papel prevaleceu nessa antiga querela. A análise desse capítulo vai se concentrar na mudança que se verificou no pensamento desses conceitos dentro da Europa ocidental, fortemente influenciada pelo pensamento greco-romano e a doutrina cristã.

A longa duração é um conceito criado por Fernand Braudel que, em resumo, é um método de análise temporal, onde se estuda desde pensamentos a filosofias ou instituições. Essa é a metodologia basilar usada para a análise do tempo deste capítulo. A estrutura da exposição seguirá da seguinte forma: será feita uma análise da conjuntura e das ideias e filosofias que permeiam cada tempo analisado; ao evidenciar as concepções e os conceitos - economia, dinheiro e riqueza- de cada momento histórico escolhido, é importante demonstrar as continuidades ou as discontinuidades dessas ideias.

O autor Fernand Braudel ao longo da sua vida acadêmica utilizou o método dos três patamares para análises de diversos momentos e conjunturas históricas. O primeiro patamar é o factual que envolve uma noção de tempo instantâneo, a fotografia do momento, pensamentos ou visão de mundo (a vertente historiográfica que mais se especializou nesse estudo foi a micro história³); Outro patamar dessa metodologia

² ARISTÓTELES. Política. Livro I, capítulo 9. Lisboa: Vega Universidade, 1998. p. 77-83.

³ Um trabalho muito famoso sobre a micro história é de autoria de Carlos Ginzburg. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

braudeliana é conhecida como história conjuntural, que pode-se pensar em uma historiografia preocupada com tempos mais longos como algumas décadas e que não conseguiu perdurar por séculos, e que foca mais em estudos de conjunturas ou governos longos, por exemplo a URSS, neste ponto temos uma essência que modificar lentamente. Por último e o mais denso e quase imóvel patamar histórico, está a longa duração ou história estrutural, o maior exemplo dessa análise temporal são as instituições, a principal representante desse tipo de abordagem é a Igreja Católica Romana com quase dois mil anos de história e com dogmas firmados a séculos, tendo uma essência desse tipo de história a quase imobilidade. Nas palavras de Fernand Braudel:

A história se situa em patamares diferentes, diria de bom grado três patamares, mas isto é modo de falar, muito simplista. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em pauta, dez, cem durações diversas. Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Foi estudada até aqui sobre tudo no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos econômicos...Para além desse “recitativo” da conjuntura, a história estrutural, ou de longa duração, coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel e, por seus valores fixos há muito tempo, faz figuras de invariante em face de outras histórias, mais vivas e se escoar e a se consumir, e que, em suma, gravitam em torno dela. (BRAUDEL, 2009, pp. 104-105).

Tendo a metodologia braudeliana dos três patamares como base da análise desse capítulo e do trabalho, podemos evidenciar algumas particularidades. A economia e o dinheiro podem estar ligados com a história conjuntural e estrutural, isto é, segue um ritmo lento e com pequenas mudanças, mas com uma essência quase imóvel de concepções e conceitos, como a noção de que o dinheiro fora feito pelos cidadãos para facilitar suas trocas. Pode-se afirmar que as bases econômicas pouco se transformaram até os dias atuais, o que será melhor evidenciado ao longo deste capítulo. Sendo assim, os subcapítulos a seguir vão explicar de forma cronológica a compreensão de cada momento elencado da história da economia quanto aos conceitos mais pertinentes ao debate proposto, relacionando com o pensamento econômico por parte de integrantes da Igreja Católica Romana (a partir de agora com a sigla ICR).

Para evidenciar a mudança do pensamento da economia e dinheiro na longa duração serão inicialmente expostos os conceitos que atualmente se usam dentro da perspectiva econômica da Escola Austríaca, herdeiros dos pensadores escolásticos. Logo após a exposição do pensamento atual, será feita uma digressão dessas ideias ao

longo da história da Europa ocidental e da ICR, explicitando as continuidades ou mudanças do pensamento na longa duração.

O economista Ludwig von Mises – um dos maiores representantes da Escola Austríaca- em sua *Magnum Opus, Ação Humana*, nos mostra qual a definição da moeda/dinheiro:

A troca entre pessoas é denominada de troca indireta quando, entre as mercadorias e serviços que constituem o objetivo final da transação, se interpõe um ou mais meios de troca. A teoria da troca indireta tem como tema central o estudo das relações de troca entre os meios de troca por um lado e os bens e serviços por outro. As proposições dessa teoria se aplicam a todos os casos de troca indireta e a todas as coisas que são empregadas como meios de troca. (MISES, 2010, p. 465)

Se assumir a premissa que existe a troca indireta entre as pessoas, portanto, o dinheiro/moeda seria a mercadoria que tem uso comum em uma sociedade, sendo assim, útil para fazer as mais variadas trocas. Desta forma, para um objeto ter validade como dinheiro/moeda é necessário ter uma utilidade para trocas, como ser divisível e de fácil manuseio, além de ter uma dificuldade de multiplicação da moeda. Podemos dizer que esse pensamento se assemelha muito na base econômica aristotélica do metalismo.

Quando falamos de metodologia para a ciência econômica temos duas concepções vigentes, a ciência *a posteriori* e *a priori*. A ciência econômica *a posteriori*, leva em consideração apenas dados comprovados empiricamente, ou seja, cria-se uma hipótese em que se pode confirmar ou não seu enunciado. Deixa-se esquecido na maior parte das vezes – na ciência *a posteriori*- os meios que levaram a chegar ao fim, focando excessivamente no fim que comprova ou não sua hipótese e apenas pautados em dados matemáticos. Quanto à ciência econômica *a priori*, ficou conhecida na tradição austríaca como praxeologia – a ciência da ação humana- desenvolvida pelo economista Ludwig von Mises um dos grandes nomes da economia do século XX. A sua principal contribuição para o desenvolvimento de uma ciência econômica é a guinada para uma ciência econômica humana, no sentido de que para ele a economia tem o dever de, a partir de axiomas, entender as ações humanas na rede econômica. Portanto, entender os meios que levaram a chegar no fim. Sendo assim, um meio de estudo baseado em axiomas e análise da ação humana pode ser caracterizado como uma ciência econômica com predomínio das humanidades, deixando de lado as puras representações de modelos matemáticos. De acordo com Hans Hermann Hoppe, um expoente da Escola Austríaca:

É esta avaliação da ciência econômica como uma ciência a priori, uma ciência cujas proposições podem receber uma rigorosa justificação lógica, que distingue os austríacos, ou mais precisamente, os misesianos, de todas as outras escolas de economia atuais. Todas as outras concebem a ciência econômica como uma ciência empírica, como uma ciência como a física, que desenvolve hipóteses que requerem testes empíricos constantes. (HOPPE, 2010, p. 10).

1.1 - A concepção de dinheiro e riqueza para Santo Agostinho

Agostinho de Hipona (354-430 d.C), mais conhecido como Santo Agostinho, fora um doutor da ICR, isso significa que sua filosofia e análise teológica foi considerada muito importante para o desenvolvimento da doutrina cristã. Nascido em Tagaste, uma cidade da Tunísia, Agostinho estudou retórica e filosofia tendo acesso às obras platônicas, neoplatônicas e estoicas. (AQUINO, 2017, p. 365-375). Para melhor entender seus pensamentos, é importante fazer uma contextualização da sociedade em que estava inserido.

A Conjuntura da sociedade europeia ocidental

No século V d.C, a sociedade europeia ocidental, e uma parte do oriente, viveu e presenciou o fim do império romano ocidental e o crescimento do cristianismo. Com a invasão dos povos Godo e Hunos em Roma, pode-se dizer que os territórios da Europa ocidental tiveram um momento conturbado até a centralização de poder com Carlos Magno no Império Carolíngio (800-924). Além disso, pode-se observar o pensamento de Santo Agostinho nas chamadas “invasões bárbaras”: “Hipona foi sitiada e seu grande bispo Santo Agostinho, já no final da vida, não foge de enfrentá-los e estimula seu povo e seu clero. Dizia-lhes: ‘O godo não tira o que Cristo guarda’.” (AQUINO, 2017, p. 364). Em virtude do que foi mencionado, fica evidente dois pontos importantes para entender o tempo em que vivia e o que veio a influenciar seus pensamentos, a popularização do cristianismo e a queda do império romano ocidental.

O dinheiro e a riqueza

Pode-se melhor entender a concepção de dinheiro e riqueza para Santo Agostinho através de umas de suas maiores obras, *Cidade de Deus*, escrito do século V

d.C. Nesta obra Agostinho diferencia a cidade dos homens em comparação com a cidade de Deus. Muito do que foi escrito sobre dinheiro ou riqueza é explicado por ele em tons pejorativos, pois estava extremamente ligado a cultura de povos não cristãos, os pagãos. Deve-se lembrar que, mesmo que Teodósio I -imperador romano- tenha transformado o cristianismo em religião oficial do império romano em 380 d.C, os cultos aos deuses pagãos sobreviveram por muito tempo. Podemos observar no seguinte trecho o seu sentimento quanto ao culto ao dinheiro na relação que os romanos tinham: “Assim chamaram *Pecúnia* à deusa que concede dinheiro (pecúnia) sem todavia, se considerar *pecúnia* (= dinheiro) uma deusa” (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 431). Neste trecho acima citado, evidencia-se o pensamento pejorativo quanto ao dinheiro por parte de Agostinho em detrimento da relação pagã que o dinheiro tinha para com o povo.

Além da crítica que ele fazia da relação pagã com o dinheiro, podemos ver no seguinte trecho o seu entendimento de que o dinheiro é um vício:

Foi uma concessão que Deus fez a tais homens para reprimirem graves males de muitos povos, a eles que, por causa da honra, do louvor e da glória se votaram (sic) ao serviço da pátria, nela procuraram esta mesma glória e não hesitaram em antepor a salvação, abafando a cupidez do dinheiro e muitos outros vícios a esse vício único, isto é, do amor da glória. (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 509).

Quando ele menciona “abafando a cupidez do dinheiro”, isto é, segurando o desejo ou a cobiça pelo dinheiro, é afirmado por ele que o dinheiro é um vício e não uma virtude. Pela análise dos trechos citados sobre o dinheiro, chega-se à conclusão de que o dinheiro tem uma carga negativa para Santo Agostinho proveniente da relação pagã – o culto a deusa *Pecúnia*- e também a relação pouco cristã com o vício do dinheiro.

A riqueza, para Agostinho de Hipona, está relacionada com a riqueza espiritual e um certo afastamento da riqueza mundana. Ao longo de *Cidade de Deus*, os seus argumentos muito se baseiam na referência maior dos cristãos, a Bíblia. Diversas de suas citações em relação à riqueza estão embasadas no pensamento bíblico, como de Mateus e Timóteo – o primeiro foi um dos doze apóstolos, enquanto o segundo foi um bispo que viveu no século I d.C. - que citarei a seguir:

Aos ricos deste mundo, exorta-os que não sejam orgulhosos, nem ponham a esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que nos provê tudo com

abundância para que nos alegremos. Que façam o bem, se enriqueçam com belas obras, sejam pródigos, capazes de partilhar. Estarão assim acumulando para si mesmos um belo tesouro para o futuro, a fim de obterem a verdadeira vida. (1 Timóteo⁴ 6:17-19, p. 2074, BIBLIA DE JERUSALEM).

Ao citar essa passagem bíblica Santo Agostinho atenta que os ricos têm de partilhar sua riqueza através de obras, o que depois veio a ser conhecido como *caritas*⁵. Pois, a riqueza puramente humana não eleva o espírito a um nível de santidade, mas somente seguindo os ensinamentos de Jesus Cristo que se torna possível a real riqueza. Com isso exposto, Agostinho alerta os ricos em seu livro. Outra passagem importante que o doutor da igreja cita em sua obra é a de Mateus, que trata sobre onde é essencial colocar os esforços para criar tesouros duradouros:

Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e o caruncho os corroem e onde os ladrões arrombam e roubam, mas ajuntai para vós tesouros no céu, onde nem a traça, nem o caruncho corroem e onde os ladrões não arrombam nem roubam, pois onde está teu tesouro aí estará também teu coração. (BIBLIA DE JERUSÁLEM, Mateus 6:19-21, p. 1714).

Levando em consideração esses aspectos apresentados através da obra *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, pode-se entender sua concepção sobre dinheiro e riqueza. Ambas são fortemente influenciadas pelo cristianismo, algo esperado para um bispo da ICR. A sua concepção sobre o dinheiro foi muito dominada pelo tom pejorativo ao culto de deuses por parte dos pagãos, além, claro, da passagem de Mateus na Bíblia que condena o culto ao dinheiro⁶. Quanto a riqueza, a principal crítica não é em acumular o dinheiro ou tesouros, mas não fazer obras de caridade ou que somente busque a riqueza mundana/secular e não espiritual.

Sendo assim, essas concepções de Santo Agostinho para o dinheiro e a riqueza ainda estão longe de ter um pensamento de ciência econômica ou uma doutrina econômica como veremos a seguir. Muito do seu pensamento está relacionado a sua maior importância para a conversão dos não cristãos, pois era um bispo da ICR e o cristianismo estava em sua forma mais primitiva. Fica evidente em seus pensamentos uma visão mais platônica e menos aristotélica, algo que mudou drasticamente durante a idade média, principalmente com a introdução e reconstrução do pensamento

⁴ Carta do apóstolo Paulo à Timóteo.

⁵ Palavra em latim que significa caridade.

⁶ “Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito, ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro.” BIBLIA DE JERUSÁLEM, Mateus 6:24. P. 1714.

aristotélico por parte de integrantes de ordens católicas. Pouco das ideias de Agostinho sobre riqueza e dinheiro se mantiveram no debate atual sobre economia, mas foram pensamentos que mantiveram uma longa duração no debate econômico até a escolástica. O jesuíta Juan de Mariana no seu tratado, *De Monetae Mutatione*, deixa explícito as fortes influências das filosofias aristotélicas e tomistas, portanto a contribuição do pensamento de Agostinho para esse tema na economia não é de extrema relevância, mas influenciou em dois pensamentos muito importantes e que mudaram a sociedade: a usura e os juros.

1.2 - A economia e o dinheiro na idade média: usura e Inflação

Não cabe a este trabalho explicar o funcionamento da idade média, pois é um período longuíssimo com mais de mil anos. Como explicado no início do capítulo a região principal analisada é a Europa ocidental, onde conceitos como economia, dinheiro, inflação, juros e usura, foram amplamente discutidos. Um dos textos mais importantes para entender a relação humana e social da economia e do dinheiro na Europa ocidental é *A Idade Média e o dinheiro: Ensaio de antropologia histórica* de Jacques Le Goff. Além dessa obra, o historiador americano Thomas E. Woods Jr. traz em seu livro, *Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental*, aspectos da educação, criação de universidades e a relação de alguns clérigos.

A conjuntura da sociedade medieval ocidental

Com a queda do império romano a situação na Europa ocidental encontrava-se frente a uma mudança radical na vida, pois um poder centralizador que era Roma, caiu. As pessoas tiveram que se acostumar com uma nova cultura e novos dogmas introduzidos pela ICR. Além disso, a difusão do conhecimento cristão cresceu no fim do império romano e manteve sua importância na transição da idade antiga para a média. De acordo com Woods Jr., em sua obra ele deixa explícito que a ICR fora responsável pela manutenção e pela educação –no sentido de ensinar princípios e moral- da sociedade ocidental que ficara órfã do poder central. (WOODS JR. 2014, p. 22-23).

O reerguimento da sociedade com poder centralizador iniciou com a entrada de Carlos Magno e a criação do Império Carolíngio, com o apoio da ICR, que queria se aproximar e ganhar mais poder na região ocidental da Europa. Somente com a criação

de reinos e impérios, a sociedade europeia conseguiu desenvolver novas profissões ou invenções, pois tinham uma segurança institucional maior que no fim do império romano. Alguns labores como a agricultura; a cutelaria e a tecnologia⁷ foram muito bem desenvolvidas por membros de ordens monásticas, os monges. (WOODS JR., 2014, p. 29-45). Faz-se necessário destacar esses pontos, principalmente quanto a agricultura, pois estamos falando de um período onde a posse de terras geralmente era associado à riqueza, e não o acúmulo de dinheiro, como expressa Le Goff: “A literatura da alta Idade média⁸ só raramente fala ‘ricos’, palavra que designa antes os poderosos do que os donos de fortunas”. (LE GOFF, 2015, p. 23-24). Sendo assim, podemos afirmar que o dinheiro como uma questão de diferenciação social ainda não estava completamente formado, apenas no século XI em diante que começou a associação entre dinheiro e riqueza.

Ao examinar o período vivido pós queda do império romano ocidental, podemos afirmar que com a crescente presença da ICR dominou o imaginário e a moral de muitos povos europeus -não em sua totalidade-, trazendo consigo um sentido pejorativo quanto ao acúmulo de dinheiro ou ao culto da Deusa Pecúnia. Portanto, se partirmos dessa premissa em que a ICR regeu o imaginário e educou os seus adeptos, fica evidente a relação de repulsa quanto a fazer fortunas em metal precioso. Por muito tempo na idade média o povo Judeu ficou responsável -dentro da Europa cristã- por mexer com o comércio e o dinheiro. Uma fonte primária que evidencia isso é o *Itinerário de Benjamim de Tudela*⁹ que fora escrito no século XII.

Somente após a reconstrução do pensamento aristotélico proveniente da interação islâmica-cristã ibérica, que fora possível modificar aos poucos esse pensamento negativo quanto ao dinheiro. Uma das figuras mais importantes dentro da ICR que desenvolveu e criou novos pensamentos através da base aristotélica foi São Tomás de Aquino. Um dos principais pensamentos em torno do qual houve um amplo debate foi a questão da moeda/dinheiro na perspectiva aristotélica de metalismo, ou seja, o dinheiro tinha que ser facilmente divisível, escasso e transportável, propriedades geralmente possuídas pelos metais.

⁷ As tecnologias a que fora citada no texto referem-se a novos métodos e equipamentos inventados para a agricultura e forja. De acordo com Woods Jr., os monges desenvolveram técnicas tão apuradas que poderiam ter sido uma antecessora da revolução industrial.

⁸ Período que se compreende entre 476 d.C. até o início do século XI.

⁹ Para se aprofundar, ler: BEJAMIN DE TUDELA. **O Itinerário de Benjamim de Tudela**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2017. p. 159.

O dinheiro/moeda e a usura

O metalismo na história da Europa ocidental teve uma função muito importante, onde toda a sociedade usava as mais variadas moedas cunhadas por, principalmente, três metais: ouro, prata e cobre. Essa ganância pelo metal levou ao que chamamos de período mercantilista, que permeou o início da idade moderna.

A moeda como meio de troca tornou-se mais importante na idade média por volta do século XII e XIII, pois as cidades começaram a ter um grande fluxo de pessoas residindo e com isso os mercados que antes eram itinerantes se tornaram fixos. Como explica Le Goff, sobre as mudanças que impulsionaram o uso do dinheiro:

Os principais são a passagem do mercado itinerante para o mercado sedentário, o progresso urbano - as cidades eram grandes criadoras e grandes consumidoras de dinheiro-, a volta à moeda de ouro, o desenvolvimento do lucro e as primeiras tentativas para justificar, em certos limites e certas condições, a lenta passagem da condenação absoluta da usura e dos usurários a certa indulgência a respeito do lucro e do juro e daqueles que enriqueceram; [...] (LE GOFF, 2015, pg. 31.)

O dinheiro na idade média e desde que fora criado tem um único objetivo, facilitar a troca de itens. O aumento do fluxo de dinheiro só teve o ambiente favorável dentro da Europa ocidental com a ampliação de cidades e dos mercados que elas traziam. Sendo assim, a usura -empréstimo- e os juros começaram a entrar em um debate entre os intelectuais da época. Durante muito tempo os empréstimos e as finanças eram feitas por ordens monásticas onde recusaram o lucro por emprestar, isto é, juros. Como afirma Le Goff: “Vê-se assim o papel que desempenharam na Idade Média central grandes ordens religiosas, gerenciadoras financeiras até mesmo daqueles a que chamamos de chefes de Estado.” (LE GOFF, 2015, pg. 98.).

Sendo assim, a idade média propiciou, para a história da economia, a passagem de um pensamento pouco desenvolvido durante a antiguidade grega e romana, para um imenso debate de pontos importantes como a usura, os juros e a inflação.

A Inflação

Este último tema só fora melhor debatido na transição da idade média para a moderna. Na Espanha foi muito impulsionado esse debate pela entrada de metais

preciosos provenientes das explorações das minas nas Américas. De acordo com um escolástico -representante do pensamento difundido dentro da ICR- que viveu esse momento:

Nas terras onde há grande falta de dinheiro, todas as demais coisas vendáveis, e ainda as mãos e trabalhos dos homens, dão-se por menos dinheiro do que onde dele há abundância; pela experiência, vê-se que na França, onde há menos dinheiro do que na Espanha, o pão, o vinho, os panos, as mãos e os trabalhos custam menos; e ainda na Espanha, no tempo em que havia menos dinheiro, davam-se por muito menos as coisas vendáveis, as mãos e os trabalhos dos homens, do que depois que as índias descobertas a cobriram de ouro e prata. A causa disso é que o dinheiro vale mais onde e quando dele há falta, do que onde e quando o há em abundância[...] (AZPILCUETA, 1493-1586, p. 74 apud CHAUFEN, 2019, p. 156.)

Ao apenas analisar a conjuntura econômica do seu tempo e da região em que vivia, Azpilcueta acabou por criar a base de uma teoria muito conhecida na ciência econômica, a Teoria Quantitativa da Moeda- TQM¹⁰. O seu pensamento foi muito influenciado pelo método da escolástica, assim como o autor Juan de Mariana que também fala sobre esse tema em seu tratado, *De Monetae Mutatione*. Mariana escreveu logo depois de Azpilcueta, muito influenciado pela metodologia escolástica e com acesso aos escritos de outros pensadores da ICR. O jesuíta escreveu em seu tratado a mesma conclusão de Azpilcueta, o que demonstra uma troca de trabalhos por parte dos escolásticos ou um rigor metodológico que se aplicado por qualquer pensador escolástico chegaria na mesma conclusão. O assunto do tratado de Juan de Mariana se concentra na alteração da moeda, mas podemos observar a semelhança do pensamento de Azpilcueta sobre a quantidade de moeda: “Isto ocorre toda vez que se desvaloriza a moeda: pois dá-se por maior preço o que vale menos.” (MARIANA, 2014, vol.1., p.170). Sendo assim, a moeda desvalorizada necessita de maior volume de moeda para comprar itens que antes necessitavam menos moedas. Portanto, a desvalorização da moeda gera um aumento nos preços de diversos itens do mercado. Além disso, a entrada de metais provenientes da exploração das Américas pode ter influenciado a desvalorização da moeda circulante.

De acordo com os temas apresentados, pode-se concluir que a idade média foi uma época onde a ciência econômica avançou, muito impulsionada pela reconstrução do

¹⁰ O economista francês Jean Bodin escreveu em 1578 o que veio a ser conhecido como Teoria Quantitativa da Moeda em seu escrito: *Réponse au paradoxe de M. de Malestroict touchant l'enchérissement de toutes choses, et le moyen d'y remédier*, 1578.

pensamento aristotélico por São Tomás de Aquino e a escolástica. Um período tão longo como a idade média torna impossível trabalhar todas as questões que permearam seus séculos, mas o objetivo deste subcapítulo foi a inserção de ideias e princípios para o desenvolvimento do pensamento escolástico e econômico que veremos nos próximos capítulos. Além disso, o autor que fora escolhido para procedermos a análise principal deste trabalho viveu nesse tempo- a idade média - conforme visto anteriormente neste trabalho, alguns temas que ele absorve durante a escrita de seu tratado, *De Monetae Mutatione*.

1.3 - O pensamento econômico na idade moderna dentro da Igreja Católica Romana

As ideias sobre a economia vieram crescendo gradualmente até a idade moderna. Neste período específico da história da Europa ocidental múltiplas ideias surgiram ou foram aprimoradas. No entanto, o objetivo dessa seção é explicar melhor como o pensamento econômico foi desenvolvido pelos representantes das organizações da ICR. Portanto, se faz crucial o entendimento da sociedade europeia em que o próprio Juan de Mariana viveu.

A conjuntura

O período reconhecido como idade moderna abriga diversos eventos emblemáticos, além de sistemas e políticas econômicas duráveis, pode-se também conhecer pensamentos elaborados e que tiveram muita força na sociedade europeia e mundial. A época das grandes navegações das principais potências navais europeias, como Reino Unido, Portugal, Holanda, Espanha, foi um momento muito importante para a sensação de tempo¹¹ e de uma cosmovisão dos povos europeus. O autor Reinhart Koselleck nos explica que as pessoas se relacionam com o tempo de acordo com seu tempo histórico. Na idade média e na antiga costumava haver uma percepção de tempo diferente e comumente mais lenta. Com as navegações rumo às Américas, o

¹¹ A sensação de tempo se refere a percepção das pessoas de como a história e o tempo se comportava. Na antiguidade e durante a idade média a noção mais comum quanto ao tempo era a da história cíclica, isto é, que os fatos se repetiam, mas com personagens e agentes diferentes. Entretanto nas investidas ao “Novo Mundo” houve uma quebra dessa noção de tempo, trazendo consigo a noção de tempo acelerada e linear.

crescimento das cidades europeias, a noção de tempo em geral modificou. Essa mudança de compreensão de tempo se transformou e criou uma percepção de aceleração do tempo, portanto as novas mudanças sociais, econômicas e culturais, mudaram o horizonte de expectativas de daqueles seres humanos (KOSELLECK, 2006).

O sistema econômico que prevaleceu durante esse período ficou conhecido como mercantilismo. O autor Pierre Deyon em seu texto, *O Mercantilismo*, reuniu diversos trechos de escritos da época que podem ser um elucidativo da forma de pensar dos mercantilistas da idade moderna, esse trecho fora retirado de um escrito de 1581:

Acabando com a importação das mercadorias fabricadas no estrangeiro, o que poderiam sê-lo entre nós, restringindo a exportação de nossas lãs, peles e outros produtos no estado bruto, chamando artesãos de fora sob o controle das cidades, fabricando mercadorias suscetíveis de serem exportadas pelo exame destas mercadorias, e pela aposição sobre elas, antes que possam ser vendidas do selo da cidade, penso que nossas cidades poderiam brevemente reencontrar sua antiga riqueza. (DEYON, 2015, p. 17-18)

Este trecho acima nos evidencia vários aspectos importantes para conhecer o que foi a política mercantilista. A primeira informação é a de protecionismo, ou seja, da não saída dos metais preciosos para outras localidades que não seja o próprio país. Outra política visível neste trecho é a exportação de produtos não em estado bruto, mas sim no estágio final e com o selo da cidade, ou seja, severa regulamentação de produção para manter a qualidade e padrão do produto. A teoria da balança comercial que sempre deveria estar positiva, em outras palavras, a exportação deveria ser maior que a importação, gerou a busca cada vez maior pelo metal. A Espanha como uma das potências de sua época, séculos XVI e XVII, fora o principal explorador de metais provindos das Américas.

O autor Fernand Braudel explicou de forma sintética, porém exata a idade moderna na sociedade europeia:

Do século XV para o século XVIII, a população aumenta, diminui: tudo muda. Se o número de pessoas é maior, há aumento da produção e das trocas; progresso das culturas na orla das terras bravias, florestadas, pantanosas ou acidentadas; progresso das manufaturas; crescimento das aldeias, mais freqüente até que o das cidades; aumento do número de pessoas em movimento [...] (BRAUDEL, 1995, p.21).

Como exposto pelo grande historiador, houve um crescimento de aldeias, cidades e manufaturas que levaram ao desenvolvimento de um maior movimento dentro

do país e entre eles também. Sendo assim, podemos observar que esse tempo histórico oportunizou um maior incentivo ao desenvolvimento do pensamento econômico.

A economia como ciência desenvolvida pelos escolásticos da Igreja Católica Romana

Durante o período de transição da idade média para a moderna, na escolástica pode-se observar um contínuo pensamento de ideias econômicas que hoje são consideradas comuns a grande parte dos economistas, mas na época que foram escritas eram percepções da realidade muito pouco abordadas. As principais ideias introduzidas pelos autores foram: valor subjetivo; teoria quantitativa da moeda - TQM, em que Juan de Mariana também aborda; a abominação de controles de preços em conjunto com a Teoria do Monopólio; Juros e inflação. Esses assuntos foram abordados e explorados pelos escolásticos, portanto, é justo afirmar que a idade moderna foi onde a economia tomou uma forma de ciência, onde tinha método e objeto de pesquisa.

Um autor que conseguiu compilar as principais contribuições dos escolásticos para a ciência econômica foi Jesus Huerta de Soto, um economista da escola austríaca. Em seu livro, *A Escola Austríaca*, ele dedica um capítulo especial ao que ele chama de protoaustríacos, assim como, o professor Ubiratan Jorge Iorio criador do livro *Dos Protoaustríacos a Menger*. Para Huerta de Soto as colaborações dos escolásticos para a economia foram:

[...]primeiro, a teoria subjetiva do valor (Diego de Covarrubias y Leyva); segundo, a descoberta da relação correta que existe entre os preços e os custos (Luis Saravia de la Calle); terceiro, a natureza dinâmica do mercado e a impossibilidade de alcançar o modelo de equilíbrio (Juan de Lugo e Juan de Salas); quarto, o conceito dinâmico de concorrência entendida como um processo de rivalidade entre os vendedores (Castillo de Bovadilla e Luis de Molina), quinto, a redescoberta do princípio da preferência temporal (Martín de Azpilcueta); sexto, o efeito profundamente distorcivo que a inflação tem sobre a economia real (Juan de Mariana, Diego de Covarrubias e Martín de Azpilcueta); sétimo, a análise crítica do sistema bancário exercido com reserva fracionária (Luis Saravia de la Calle e Martín de Azpilcueta); oitavo, a descoberta de que os depósitos bancários são parte da oferta monetária (Luis de Molina e Juan de Lugo); nono, a impossibilidade de organizar a sociedade através de ordens compulsivas, por falta da informação necessária para dar um conteúdo coordenador às mesmas (Juan de Mariana), e décimo, a tradição liberal de que toda a intervenção injustificada no mercado constitui uma violação do direito natural (Juan de Mariana). (DE SOTO, 2010, p. 55).

O pensamento que foi o maior propiciador de mudanças foi o teológico-filosófico. Em diversos momentos da história que foi analisado neste capítulo, fica evidente que o início das discussões que motivaram mudanças do pensamento econômico dentro da ICR foi, a tentativa de reinterpretar o texto bíblico ou a doutrina da própria igreja. Muito impulsionado pela introdução de novos pensamentos ao longo dos séculos. As externalidades também impulsionaram as mudanças do pensamento, mas de certa forma a teologia-filosofia protagonizou a quebra de ideais de longa duração.

No próximo capítulo será melhor abordada a temática da escolástica, que consistirá em expor os principais ideais e seus idealizadores, todos aqueles que mais influenciaram o pensamento de Juan de Mariana. O jesuíta desenvolveu diversos conceitos muito usados no meio da ciência econômica e da mídia popular, como a teoria do monopólio, onde ele enxerga que sem a concorrência no mercado a população irá pagar mais caro pelo produto, além de ser um certo tipo de imposto. Todas essas questões partiram de pensamentos desenvolvidos principalmente baseados pela dialética aristotélica - diálogo entre as contradições gerando uma lógica do provável-, pois é o que define o método escolástico.

Capítulo II - A reconstrução do pensamento aristotélico e a escolástica medieval

A reconstrução do pensamento aristotélico

Com a breve explicação das concepções de economia, dinheiro e riqueza ao longo dos anos, foi possível entender a movimentação das ideias, as bases e os fatores externos que influenciaram cada pensamento ao longo do tempo. Pode-se observar que conceitos como a usura e o acúmulo de riqueza sem a caridade são exemplos de conceitos de longa duração, pois duraram vários séculos até que houvesse uma mudança significativa.

O conhecimento sempre esteve relacionado ao poder. O sábio tinha um grande apreço da população que o rodeava, além de reis e imperadores. Portanto, em todas as sociedades que desenvolveram a escrita ou não, é notório a importância da sabedoria. A prática mais conhecida e usada nos tempos antigos para a disseminação do conhecimento eram as cópias e as traduções. Os copistas e tradutores muitas vezes com má intenção ou não, alteravam as obras originais e incluíam um pouco de sua sabedoria nessas obras.

Para explicar melhor a reconstrução do pensamento aristotélico, é preciso mencionar a importância do povo muçulmano na introdução de novos pensamentos não somente aristotélicos, mas em geral grego e persas, além de uma variedade enorme de livros de outros povos. Em Bagdá no atual Iraque, al-Mansur - criador do califado abássida - mandou criar um lugar onde os copistas, tradutores e sábios pudessem trabalhar com melhores condições: “Essa foi a origem do que ficou conhecido em árabe como a *Bayt al-Hikma*, ou Casa da Sabedoria - a expressão coletiva institucional e

imperial de ambição intelectual e política oficial de Estado dos abássidas. ” (LYONS, 2011, p.88). Sobre as obras gregas em especial, os abássidas - califado que tem legitimação por serem descendentes do tio paterno de Maomé - tiveram que buscar essas obras em outros territórios como Bizâncio: “Delegações abássidas enviadas à corte rival de Bizâncio com frequência transmitiam pedidos de cópias de valiosos textos gregos, obtendo obras de Platão, Aristóteles, Hipócrates, Galeno e Euclides. ” (LYONS, 2011, p. 89).

Sendo assim, os muçulmanos tiveram um papel importante na reconstrução do pensamento aristotélico. Ao introduzir e manter cópias das obras do filósofo grego, criou-se a possibilidade de novas interpretações e uma ampliação do conhecimento filosófico. Uma das novas interpretações e que foi mais influente para o autor Juan de Mariana foi do Doutor Angélico, São Tomás de Aquino, que fundou as bases para o pensamento escolástico.

Escolástica medieval

Iniciando nos anos 800 d.C e durando até meados de 1500, a escolástica medieval se aperfeiçoou como um método através da dialética de Aristóteles. A escolástica continuou no horizonte dos escritores e pensadores da época, caindo apenas em desuso na transição do método escolástico para o cientificismo empírico, que será melhor abordado futuramente nesse mesmo capítulo.

Um dos mais icônicos autores que utilizaram o método dialético de Aristóteles para resolver questões das mais diversas vertentes foi São Tomás de Aquino. Em sua *Opus Magnum*, Suma Teológica, o doutor da igreja explica de forma dialética algumas proposições por ele sugerida e chegando a uma conclusão. Muitas questões sobre o direito, a justiça e religiosidade foram tratadas pelo autor, portanto, Aquino é considerado o maior representante do método escolástico e foi o autor com maior influência sobre os escolásticos que vieram depois dele.

Os escolásticos medievais se preocupavam em se esforçar para responder dúvidas de forma racional usando o método dialético do filósofo grego. Esses questionamentos, em sua maioria, eram sobre as artes liberais medievais - são dois grupos, o *trivium* que corresponde a retórica, dialética e a gramática e o *quadrivium* que se atenta mais as artes, engloba-se nesse grupo a astronomia, música, geometria e aritmética (JOSEPH, 2008, p. 14) - a teologia o direito. A economia ganhou um espaço

mais importante dentro dos pensamentos dos escolásticos na parte tardia – fim do método escolástico-, pois a economia como ciência começou a ganhar muita força nos métodos empíricos da ciência exata e foi perdendo seu caráter apriorístico muito usado por esses pensadores escolásticos, sendo somente resgatado por Carl Menger e sua revolução marginalista e melhor aprofundado por Ludwig von Mises (CHAUFEN, 2019, p. 65-66).

Deste modo, a introdução de novos escritos de Aristóteles que foram introduzidos devido aos copistas muçulmanos, fez com que muitos pensadores tivessem uma nova perspectiva sobre os assuntos mais caros para aquela sociedade medieval. Com isso, pode-se observar que o método escolástico influenciou diretamente Juan de Mariana que viveu o período da escolástica tardia que já estava entrando em desuso e sendo substituído pelo método empírico.

2.1 - Acesso a novas obras e perspectivas sobre filosofia: Aristóteles

Um grande autor grego e que está presente em quase todos os debates sobre filosofia ocidental é Aristóteles. Viveu na Grécia no século 4 a.C. onde escreveu sobre os mais variados temas que ainda hoje pautam trabalhos acadêmicos e discussões acaloradas. A documentação na história é um ponto importante para podermos criar uma narrativa. No caso das obras de Aristóteles muitas delas se perderam durante o tempo e outras conseguiram sobreviver. Fica evidente que um escrito de mais de dois mil anos não iria sobreviver ao tempo, portanto a forma mais prática de conservar as ideias do autor foi a cópia. Os copistas eram grandes conhecedores das letras, muitos eram versados em diversas linguagens da época e usavam disso para copiar as obras que conhecemos até hoje e divulgar aos mais diferentes povos.

As principais obras do filósofo grego eram lidas por aqueles que tinham maior poder até a criação da prensa móvel de Gutemberg, entre eles reis, imperadores, doutores da ICR e estudiosos. O acesso às obras de Aristóteles e de outros filósofos gregos eram limitadas, as cópias demoravam a sair e as que tinham eram amplamente usadas para estudo. Durante muito tempo os grandes doutores da igreja como Santo Agostinho, São Ambrósio, São Gregório de Magno e São Jerônimo usaram as obras acessíveis a eles para montar seu pensamento quanto a diversos tipos de assuntos, mas a mudança veio a partir da interação de cristãos católicos com muçulmanos. Essa interação era possível por causa da dominação do califado na região ibérica e também

através do comércio. Como explicado anteriormente, a Casa da Sabedoria era um local onde copistas e estudiosos ficavam e os muçulmanos na época do califado de al-Mansur tinha uma política positiva aos escritos e estudos.

Dentro desse caldeirão cultural que foi a idade média, houve a introdução de novos pensamentos de Aristóteles, além de novas ressignificações e interpretações. Para entender como foram apropriadas pelos cristãos algumas obras introduzidas pelos árabes, é necessário explicar brevemente o funcionamento da educação medieval ocidental. A educação na idade média ocidental era baseada em dois principais blocos o *trivium* e o *quadrivium*, como explicado anteriormente. No caso do *trivium* a dialética, a retórica e a gramática são os assuntos a serem proferidos pelos professores, entre eles a dialética é um assunto de grande importância no que se refere ao método escolástico. Se a dialética é de suma importância na educação de uma pessoa na idade média, então consegue-se compreender como Aristóteles estava presente na vida dos estudiosos e que isso influenciou fortemente seus pensamentos como veremos no próximo subcapítulo. A Casa da Sabedoria foi um dos principais locais de onde saíram novas traduções pouco usadas de Aristóteles, como explica Lyons:

Entre as primeiras realizações da Casa da Sabedoria estava a tradução de uma obra pouco inspirada de Aristóteles sobre o uso da dialética, escolhida especificamente para fortalecer teólogos abássidas contra os hereges muçulmanos e seguidores de crenças concorrentes do império. (LYONS, 2011, p. 90).

Além disso, é notável o uso de pensamentos aristotélicos na obra de Juan de Mariana, em alguns trechos ele cita o nome do filósofo grego e chega até a citar uma obra de Aristóteles, *Política* (MARIANA, 2014, vol.1., p. 171). Outra passagem de Lyons, demonstra o uso de uma obra do Estagirita¹² que fica dentro do *Organon*, que foi usada para debates religiosos na época:

Os cristãos arabizados, os judeus e os maniqueístas da Pérsia, entre outros habitantes do Império muçulmano, eram polemistas religiosos altamente qualificados, com muitos séculos de prática por trás de si. Os neófitos abássidas apelaram para os *Tópicos* de Aristóteles, e logo a noção de debate e de disputa formal para enfrentar a competição religiosa estava bem estabelecida (LYONS, 2011, p. 92).

¹² A palavra Estagirita é comumente relacionada ao filósofo grego Aristóteles.

Portanto, fica evidente que Aristóteles foi um filósofo de grande importância no pensamento ocidental. Além disso, as introduções de novas obras e a manutenção delas, somente foram possíveis graças ao empenho de copistas e estudiosos que mantiveram vivo o pensamento do autor. Entre as novas interpretações mais famosas e que influenciaram diretamente a escolástica medieval e tardia, estava a de São Tomás de Aquino, que veremos a seguir.

2.2 - Economia e outros pensamentos: A filosofia tomista

São Tomás de Aquino, nascido no Reino da Sicília no século XIII, é um dos maiores doutores da ICR. O seu empenho sobre o estudo o levou a escrever obras sobre os temas de teologia, justiça, economia, etc. A grande influência, além da Bíblia, foi o filósofo grego Aristóteles. Muitas de suas ideias eram baseadas em interpretações de conceitos e interpretações de mundo que Aristóteles tinha, portanto, suas obras tinham um caráter religioso e filosófico. Em sua *Magnum Opus, Suma Teológica*, ele usou do método aristotélico da dialética para responder perguntas importantes dentro da doutrina católica, além dos questionamentos quanto às artes liberais. Grande escritor, compilou durante sua vida obras que passam de milhares de páginas, influenciando de forma contundente a forma de pensar dos escolásticos e de diversos cientistas que se identificam como tomistas. Esse subcapítulo não tem a intenção de tratar de toda a filosofia tomista, pois é muita vasta, mas somente tratar de assuntos caros para o entendimento das bases que direcionaram o pensamento de Juan de Mariana em seu tratado.

Seus questionamentos sobre os mais diversos assuntos e suas resoluções o levaram a um patamar intelectual de grande estima dentro da ICR. Grande parte de seu arsenal teórico se baseia na implementação de Aristóteles em questões como, justiça e catolicismo, além de usar trechos bíblicos, bulas e decretos papais e obras de outros doutores da igreja. Especificamente S. Tomás de Aquino não trabalhou o tema da economia, mas podemos conseguir extrair seu pensamento quanto à economia e ao dinheiro de acordo com alguns trechos de questionamentos que ele faz sobre a justiça e as leis.

Em primeiro lugar será explicada a noção de Justiça comutativa que foi elaborada por Aristóteles, e com a qual S. Tomás de Aquino concorda em um livro chamado *Da Justiça* que em seu título original é *Setentia libri Ethicorum, Liber 5*.

Neste livro, Aquino trata sobre a noção de justiça analisando as obras do Estagirita. Sobre a justiça comutativa, ficam evidentes alguns conceitos que os escolásticos que tratam sobre economia usam para afirmar suas ideias, assim como diversos economistas liberais posteriores como Adam Smith e David Ricardo.

Justiça comutativa voluntária e comutação involuntária

Para Aristóteles, a justiça comutativa é feita de forma voluntária, mas também existe a comutação involuntária. A voluntária é baseada na troca livre de produtos ou de itens em comum acordo entre o negociante e o negociador, como explica Aquino: “As trocas voluntárias e, conseqüentemente, a necessidade da Justiça comutativa voluntária também ocorrem na mudança, quando alguém transmite uma coisa que lhe pertence à outra pessoa, recebendo algo em troca.” (AQUINO, 2012, p. 38). Neste trecho fica evidente um pensamento econômico simples, mas que é base para o pensamento de economia liberal e austríaca, o preço de algo é justo não por ordem real ou estatal de justiça, mas sim pelo que as duas pessoas que estão fazendo a troca acham justo, ou seja, justiça comutativa voluntária.

A comutação involuntária é baseada na ausência de vontade de troca entre duas pessoas, logo é comumente relacionado à injustiça e à violência. O Estagirita elenca algumas trocas involuntárias que são: o furto, o adultério, o envenenamento sem que a vítima tenha conhecimento do que é, a “paragogia” – desviar o curso da água-, assassinato doloso, falso testemunho, entre outras (AQUINO, 2012, p. 39). O involuntário parece presumir o uso da violência ou coação para acontecer, muitos escolásticos em seus trabalhos, assim como o jesuíta Juan de Mariana, evoluiu esse pensamento de comutação involuntária para termos econômicos. O exemplo mais vivo disso é a noção de monopólio para Juan de Mariana, quando ele explica que o monopólio é uma forma de imposto escondido (MARIANA, 2014, vol.1., p. 169), portanto, se o imposto é algo cobrado através de ameaças e coação, logo é usado da violência para obter o dinheiro. Sendo assim, quando existe o monopólio de um produto essencial, como o trigo, as pessoas são obrigadas a comprar a um preço que não acham justo, logo, se não existe justiça entre as duas partes é fato que esse meio de troca não é voluntário, mas evidentemente involuntário. Esses dois conceitos são muito interessantes, pois os estudos de S. Tomás de Aquino influenciaram diretamente

diversos escolásticos que foram o início de uma ciência econômica, de acordo com Jesús Huerta de Soto (DE SOTO, 2010, p. 50).

O dinheiro na concepção de S. Tomás de Aquino

A justiça, para Aquino, é um meio-termo, ou seja, é o que dá equilíbrio às coisas. Novamente a sua concepção é fortemente influenciada por Aristóteles e seus pensamentos quanto à justiça comutativa. De acordo com Aquino:

Para as obras dos diversos artesãos se adequarem, podendo ser comutadas, é preciso que todas as coisas passíveis de trocas sejam comparáveis entre si, sendo possível saber quais dentre elas, valem mais, e quais valem menos. Por isso foi inventada a moeda ou dinheiro que é o instrumento por meio do qual são comparados os preços das coisas. O dinheiro é o meio-termo, enquanto mensura os extremos, a superabundância e a falta, a saber, quando uma coisa superexcede a outra, como acima foi dito (AQUINO, 2012, p. 71-72).

A sua concepção baseada no Estagirita traz em evidência 4 pontos que se podem extrair de seu texto: o dinheiro como meio de troca, a oferta e a demanda e o mercado. O dinheiro como explicado pelo Doutor angélico, é um meio de troca que é o meio-termo, ou seja, o dinheiro dado por algum produto de forma justa. A oferta e demanda aparecem nos últimos parágrafos da citação onde ele fala em superabundância e falta, ou seja, os preços dos produtos aumentam ou diminuem de acordo a escassez¹³. Por último o mercado pode ser deduzido, pois quando ele explica sobre o uso do dinheiro é usado de acordo com os preços que variam de acordo com a escassez, isso demonstra que os preços não estão ligados necessariamente ao um preço intrínseco ou determinado por uma regulação real ou estatal, mas sim pelas pessoas que vendem no mercado. Esse ponto específico do mercado explica muito a visão liberal que quase 500 anos depois Adam Smith explicou como sendo uma mão invisível.

Outro ponto deveras interessante é a ideia de necessidade, de querer algo. A necessidade é o que mensura as trocas para Aristóteles, pois se algum ser humano não tem necessidade de algo, logo ele não precisa fazer trocas, portanto, é uma evidência de que a necessidade é a base das trocas (AQUINO, 2012, p. 72-73). Essa ideia foi avançando ao longo do tempo até chegar a utilidade marginal de Carl Menger, fundador da Escola Austríaca, que tem como base teórica muitas ideias dos escolásticos

¹³ Essa é apenas uma das interpretações possíveis sobre o “Justo Preço” de Aquino.

medievais e tardios. Como a base do comércio agrário medieval é vender o excedente, algumas vezes pode criar a situação de que a pessoa que detém o excedente de algum produto não quer trocar por outro produto imediatamente, mas pelo dinheiro ou moeda que ele poderá comprar outros produtos futuramente. Por isso que Aquino explica que o filósofo grego entende o dinheiro como uma mensuração das coisas, ou seja, um agente de trocas. Mas para isso a moeda tem que manter um valor sem muitas oscilações, além disso, é necessário que todas as coisas possam ser apreciadas pela medida do dinheiro, para que não haja injustiça (AQUINO, 2012, p. 77).

O dinheiro então tem um papel importante para S. Tomás de Aquino, ele ajuda a mensurar os produtos, a entender os preços e dinâmica do mercado. Além disso, é explicado como o dinheiro está relacionado com a lei:

Por isso chamamos o dinheiro de moeda, pois *nomos* quer dizer lei, e o dinheiro não é uma medida por natureza, mas instituída pelo *nomos*, isto é, pela lei dos homens. A lei humana é mutável, por isso, está em nosso poder a mudança continua das moedas, o que torna as anteriores, inúteis e ultrapassadas. (AQUINO, 2012, p. 73).

Essa citação traz dois assuntos caros a esse trabalho: a noção de lei para Aquino e a ideia das moedas mutáveis e criadas pela lei humana. Quanto às moedas, Juan de Mariana, no seu tratado *De Monetae Mutatione*, explica as mudanças e continuidades das moedas através das leis humanas, o que será melhor abordado no capítulo III. No que se refere à noção de lei para S. Tomás de Aquino será explicado a seguir.

Noção de Lei: Lei Eterna, Natural e Humana

A lei para S. Tomás de Aquino pode ser dividida em 3 partes: a lei eterna, a natural e a humana. Existe uma hierarquia clara e que é respeitada, por exemplo, a lei eterna é a lei de Deus, logo não existe falhas e tudo deriva dela. A lei natural é derivada da lei eterna e não pode contradizê-la. A lei humana é o conjunto de regras feitos pelos humanos, mas que somente é justa quando respeitada a lei natural e, conseqüentemente, a lei eterna. Como explicado anteriormente, a lei humana é mutável e nem sempre é compatível com a lei natural. Para entender melhor o pensamento quanto aos 3 diferentes tipos de leis, é de suma importância uma breve explicação de como S. Tomás de Aquino as entende.

Lei eterna

Quanto à lei eterna ou divina, S. Tomás de Aquino discute na *Suma Teológica*, de forma da dialética aristotélica, temas importantes para entender o sentido da lei e quem a entende ou como funciona. Uma questão feita por ele se refere ao sentido de que se todas as pessoas entendem a lei eterna ou somente Deus, usando de Santo Agostinho para fazer sua argumentação. Explica que todos têm a lei eterna dentro de si, fazendo parte da essência humana, mas que nem todos têm a capacidade de entender completamente, pois a razão que criou as leis eternas é a divina e o ser humano não tem acesso a esse tipo de raciocínio, mas consegue compreender e todas as leis derivam da lei eterna (AQUINO, 2016, vol. 2, p. 557- 559).

Para chegar à conclusão de que as leis derivam da lei eterna ele usa de uma passagem bíblica para explicar o motivo da lei eterna ser a base das leis. Citando Provérbios 8, 15 -16 (AQUINO, 2016, vol. 2, p. 560), onde diz: “15 - É por mim que reinam os reis, e que os príncipes decretam a justiça. 16 – por mim governam os governadores e os nobres dão sentenças justas.” (BIBLIA DE JERUSALEM, 2002, p. 1032). Portanto, se a lei eterna para S. Tomás de Aquino inicialmente não configurava que dela derivava todas as outras leis, a partir da citação bíblica acima ele teve de procurar uma solução, já que isso faz parte do método escolástico. Para S. Tomás de Aquino:

Por onde, sendo a lei eterna a razão do governo no supremo governador, é necessário que todas as razões do governo, existentes nos governantes inferiores, derivem dela. Ora, todas essas razões dos governantes inferiores são leis outras que não a lei eterna. Portanto, todas as leis, na medida em que participam da razão reta, nessa mesma derivam da lei eterna. (AQUINO, 2016, vol. 2, p. 560).

Portanto, chega-se à conclusão de que a lei eterna para Aquino é a que dela deriva o resto dos conjuntos de leis. O interessante é que ele chegou a essa conclusão citando Agostinho e a Bíblia, sendo assim, sua base de pensamento para esse assunto é centrado em um argumento mais teológico e menos uso da filosofia grega.

Lei natural

A lei natural é derivada na lei eterna, de acordo com Aquino como explicado acima. Nesse sentido, se todas as leis são baseadas na lei eterna elas não podem se

contradizer, portanto a lei natural foi um objeto de estudo onde S. Tomás de Aquino discutiu sobre a generalização e a particularidade. Para chegar a conclusão do que é uma lei natural, Aquino explica de forma clara de que o princípio da lei natural é ligado a noção do Bem:

Por onde, o primeiro princípio da razão pratica é fundado em a noção do bem, que assim se formula: bem é o que todos desejam. Logo, o primeiro preceito da lei é: deve-se fazer e buscar o bem e evitar o mal. E este é o fundamento de todos os outros preceitos da lei natural; de modo que tudo quanto a razão prática naturalmente apreende como bens humanos, e que deve ser feito ou evitado, pertence aos preceitos da lei da natureza. (AQUINO, 2016, vol. 2, p.565).

Portanto, a ideia de lei natural engloba a noção do bem que é universal a todos os seres humanos dentro da doutrina católica. De acordo com Alejandro Chaufen:

“Para Santo Tomás de Aquino, a Lei Natural era a ‘participação da criatura racional na lei eterna ou divina’. A lei eterna é o plano de Deus para levar seu propósito último a todas as criaturas. A partir desse ponto de vista, a lei natural moral é a participação do intelecto humano no plano de Deus acercado do que é bom ou mau.” (CHAUFEN, 2019, p. 73).

Se o Bem é um conceito aplicável a todos, então a lei natural pode ser aplicável a todas as pessoas. Esse ponto o autor explicou e chegou à sua conclusão através de uma frase de Isidoro¹⁴, que fala que o direito natural é para todos. A lei natural é generalista, ou seja, pode ser aplicada a todos os seres humanos, pois o princípio é a natureza humana, que usa a razão, e se todos as pessoas são dotadas de razão, elas podem chegar ao mesmo princípio que é o Bem e a Felicidade. De acordo com Aquino: “Como já dissemos, à lei natural pertencem, primeiro, certos preceitos generalíssimos, conhecidos a todos; e depois, certos preceitos secundários, mais particulares, e que são quase conclusões próximas dos princípios.” (AQUINO, 2016, vol. 2, p.570).

Lei Humana

A lei humana ou positiva, é uma lei criada pela humanidade para tentar gerenciar e reger a sociedade. Para o S. Tomás de Aquino, a lei humana está relacionada com o controle dos vícios e a disciplina das virtudes. Chegou-se a essa conclusão através de escritos de Isidoro, onde concluiu que leis são como um obstáculo para o ser humano

¹⁴ Provavelmente está se referindo ao Santo Isidoro de Sevilha que viveu no século VI.

não fazer a maldade. Sendo assim, Aquino escreve: “Ora, essa disciplina, que coíbe pelo temor da pena, é a disciplina das leis. Por onde é necessário, para a paz dos homens e para a virtude, que se estabeleçam leis. ” (AQUINO, 2016, vol. 2, p. 571). Após explicar que a lei é um freio para os vícios humanos, logo é um promovedor das virtudes, Aquino explica o motivo pelo qual a lei humana obrigatoriamente tem de derivar da lei natural e o que acontece quando ela não deriva:

Como diz Agostinho, não é considerado lei o que não for justo. Por onde, uma disposição é justa na medida em que tem a virtude da lei. Ora, na ordem das coisas humanas, chama-se justo ao que é reto segundo a regra da razão. E como da razão a primeira regra é a lei da natureza, conforme o sobredito resulta, toda lei estabelecida pelo homem tem natureza de lei na medida em que deriva da lei da natureza. Se, pois, discordar em alguma coisa, da lei natural, já não será lei, mas corrupção dela. (AQUINO, 2016, vol. 2, p. 572).

Deste modo, a lei humana que é feita pelos reis e príncipes, à época, tem de derivar da lei natural que por fim é a busca pelo bem e a felicidade humana. Logo, se não for apreciada nesses termos, a lei é corrompida e passa a promover os vícios e não mais as virtudes.

Herança da filosofia tomista

Como apresentado em breves páginas, a filosofia tomista engloba muito do pensamento aristotélico e conseguiu introduzi-lo no pensamento católico. O método filosófico de São Tomás de Aquino, que ficou conhecido como o método escolástico é derivado da dialética aristotélica, e foi um dos principais autores a serem referenciados por seus pares ao longo dos séculos. Sendo assim, a maior herança do seu pensamento foi trazer conceitos filosóficos que são caros para a sociedade ocidental e introduzi-los no pensamento católico. Um exemplo clássico sobre a utilização de seus conceitos foi um debate muito importante sobre a escravização indígena por Francisco de Vitória. Vitória foi um grande líder da Escola e Universidade de Salamanca e defendeu a não escravização dos indígenas usando conceitos de direito natural e lei natural (ZERON, 2011, pp. 309-414).

Além disso, os seus estudos sobre justiça comutativa de Aristóteles e sua adição do pensamento católico, ajudou de maneira extraordinária o acesso a esse tipo de

pensamento aos escolásticos que vieram depois. Sua sistematização dos pensamentos mais caros à sociedade católica o fez ser conhecido como alguém muito sábio e devoto e receber o título de Santo e sendo padroeiros dos acadêmicos e estudiosos.

2.3 A escolástica medieval: a importância na ciência econômica

A escolástica medieval foi um movimento filosófico que se baseou na metodologia da dialética aristotélica. As suas bases são em origens católicas, pois a ideia de educação dentro da ICR tinha uma grande importância. Para entender a escolástica e seus feitos é necessário introduzir no tema a criação das universidades e como a ICR tratava os assuntos científicos. A escolástica foi por muito tempo o berço de diversas ciências e um ambiente propício ao conhecimento, longe do pensamento iluminista em que apresenta pensamentos diferentes e com tons de preconceito ao momento medieval.

As universidades

O autor que foi elencado para explicar de forma breve esse assunto foi Thomas Woods Jr., católico e historiador americano, fez um trabalho que conseguiu demonstrar a interferência da ICR nas criações de universidades e na ciência. De acordo com Woods: “A Igreja desenvolveu o sistema universitário porque, com palavras do historiador Lowrie Daly, era ‘a única instituição na Europa que manifestava um interesse consistente pela preservação e cultivo do saber’.” (WOODS Jr., 2014, p. 46). Um fator que corrobora com isso é o fato de que o magistério educacional da ICR tinha uma base forte, que englobava o *Trivium* e o *Quadrivium*. Normalmente eram ensinadas em escolas catedralícias, muito por isso ficou conhecido o nome de escolástico que provem do latim *Schola*.

Algumas universidades surgiram e começaram a se estabelecer no século XII (WOODS JR., 2014, p. 46). As universidades tinham normas e tradições que ainda hoje seguimos em grande parte das instituições de ensino superior. Como Woods explica:

Para identificarmos determinada escola medieval como universidade, devemos atentar para algumas características. Uma universidade possuía um núcleo de textos obrigatórios, com base nos quais os professores faziam as suas preleções e, ao mesmo tempo, expunham idéias próprias. Caracterizava-

se também por estabelecer currículos acadêmicos bem definidos, que duravam um número de anos mais ou menos fixo, assim como por conferir diplomas. (WOODS JR., 2014, p.47).

Muito do que o autor explica sobre as normas universitárias ainda se aplicam hoje em dia, ou seja, a universidade pode ser considerada uma instituição de longa duração, pois perpassou o tempo com pequenas mudanças e muitas continuidades. Além disso, a ICR através do Papa, o chefe da Igreja, ajudava e promovia a criação de universidades dentro da cristandade (WOODS JR., 2014, p.49).

A escolástica estava totalmente ligada com as universidades medievais, um ponto que demonstra a importância das escolas catedrais e universidades para a construção da ciência na Europa Ocidental. Como explica Woods:

As preleções versavam geralmente sobre textos importantes, muitas vezes dos clássicos da Antigüidade. Além dos comentários sobre esses textos, os professores passaram a incluir gradualmente uma série de questões que deviam ser resolvidas pelo recurso do pensamento lógico. Com o tempo, a análise dessas questões substituiu basicamente os comentários de textos. Essa foi a origem do método escolástico de argumentação por meio da discussão de argumentos contrapostos, tal como a encontramos na *Summa theologiae* de São Tomás de Aquino. (WOODS JR., 2014, pp. 51-52).

Sendo assim, o processo de transformação dentro das universidades para o método escolástico que nos é conhecido demorou algum tempo para se firmar. Além disso, as universidades graduavam o estudante somente quando ele conseguia resolver alguma questão no método dialético aristotélico na frente de seus mestres. (WOODS JR., 2014, p.52). Em grande parte, os estudantes das universidades buscavam cursos que lhes ofereceriam uma profissão, logo, o direito e a medicina eram os cursos mais procurados, mas o curso de teologia também se enquadrava dentre os mais importantes. (WOODS JR., 2014, pp. 50-51).

O método escolástico através do tempo foi se modificando, com isso os trabalhos dos membros das universidades foram sendo pautados em padrões. O que não podia faltar em seus tratados era a problemática, a exibição das argumentações pró e contra a visão do autor e as repostas das contradições que o autor elencou (WOODS JR., 2014, p.55). Deste modo, as universidades tiveram um papel importante no protagonismo e desenvolvimento da ciência e do método escolástico medieval. O autor Juan de Mariana escreveu seu Tratado, *De Monetæ Mutatione*, de forma diferente da escolástica de S. Tomás de Aquino, portanto, é uma evidência da mudança do formato escolástico na parte tardia.

Os escolásticos e a ciência econômica

Os escolásticos, sendo parte integrante dos membros universitários, isto é, acadêmicos e cientistas, acabaram por desenvolver uma espécie de protótipo do que veio a ser conhecida de ciência apriorística. Muitos de seus questionamentos e suas contribuições para o pensamento econômico acabaram por impactar diversos economistas que mantiveram seus pensamentos vivos. Nesse trecho serão apresentadas de forma sucinta, algumas abordagens econômicas que os escolásticos tiveram e, serão exibidos alguns nomes importantes de escolásticos que se dedicaram ao tema econômico.

De acordo com Chaufen, os escolásticos se baseavam principalmente na lei natural, na moralidade e ética para entender a economia. Por muitas vezes apenas analisavam se tal questão era contra a moral, a ética ou a lei natural, mas com a maior complexidade das questões foi necessário acrescentar uma análise do tema para então julgar se moral ou não (CHAUFEN, 2019, pp. 73-91). Por exemplo: a desvalorização da moeda era uma prática comum entre os reis da Espanha:

No capítulo 14 da história de Afonso XI²⁷, rei de Castela, afirma-se que a moeda fora alterada por Fernando III (1201-1252), o Santo, por seu filho Afonso X (1221-1284), o Sábio, por Sancho IV (1258-1295), o Bravo, por seu filho Fernando IV (1285-1312) e por seu neto, o próprio Afonso XI. No tempo destes reis, que foi muito extenso, nunca houve estabilidade de moeda: esta foi muitas vezes alterada e deteriorada. (MARIANA, 2014, vol.1., p. 174).

Sendo assim, Juan de Mariana, ao invés de julgar rapidamente se isso é ou não moral, despense um longo tempo mostrando dados que corroboram com seu argumento e as contradições, para então chegar à sua conclusão. Por isso, a economia como ciência fora avançando, principalmente no momento da escolástica tardia.

Um dos escolásticos mais notáveis dentro do pensamento econômico é Diego de Covarrubias y Leyva (1512-1577). De acordo com Huerta de Soto, Covarrubias introduziu um pensamento muito importante dentro a economia, a de que um produto não tem valor objetivo, mas sim depende da utilidade e necessidade da pessoa (DE SOTO, 2010, p. 51). Covarrubias (1604: 131) explica que: “nas Índias o trigo valer mais do que na Espanha porque ali os homens o estimam mais, e isso apesar de a natureza do trigo ser a mesma em ambos os lugares” (apud DE SOTO, 2010, p. 51). Nesse trecho

Covarrubias evidenciou uma noção diferente da que os economistas clássicos entendiam, a de que produtos não tem valor objetivo, isto é, valor intrínseco, seja o de trabalho a dificuldade para ser produzido, pois se o produto não for útil para alguém esse algo não tem valor algum. Muito desse pensamento pode se conectar com a ideia de necessidade de Aristóteles, quando ele explica que somente quando existe a necessidade de algum item é feito troca por ele, portanto, a ideia de necessidade é subjetiva a cada humano e não objetiva.

E de acordo com a justiça comutativa a troca só é justa quando os negociantes saem com vantagens iguais, logo se um produto nunca for vantajoso para uma troca, mas demanda muito trabalho, logo ele não será trocado por nada, isto é, não tem valor objetivo, mas sim subjetivo. Muito desse pensamento foi revivido pela revolução marginalista desenvolvida por Carl Menger e outros economistas.

Outro economista importante na construção de um pensamento econômico e que é fortemente adotado pelos membros da Escola Austríaca de Economia é Castillo de Bovadilla. O autor introduziu o pensamento da concorrência gerar abundância e riqueza, algo que, através de análises, conseguiu chegar à conclusão que levaria a abaixar os preços. De acordo com Castillo de Bovadilla (1985: 2, cap.4, nº 49): “Os preços dos produtos baixarão com a abundância, emulação e concorrência de vendedores.” (apud DE SOTO, 2010, p. 52). O seu pensamento é um passo em uma direção a uma sociedade de mercado. Muitos dos historiadores econômicos dizem que a sociedade de mercado somente surgiu na revolução industrial, mas é possível afirmar que esses questionamentos que os autores escolásticos responderam, demonstram de forma enfática uma sociedade de mercado já desenvolvida.

Muitas contribuições sobre a economia partindo dos escolásticos vieram a criar o pensamento econômico alinhado ao liberalismo econômico. Muitos escolásticos, através do método dialético aristotélico, chegavam a conclusões que em diversas vezes defendiam a liberdade de comércio, e conceitos que são utilizados atualmente por diversas escolas de pensamento econômico.

A herança dos escolásticos

Os principais legados dos escolásticos estão ligados ao direito internacional, com Francisco de Vitória, S. Tomás de Aquino com sua *Suma Teología* e diversos autores que estudaram e pensaram sobre a ética e moral relacionada com a economia.

Muitos autores que propuseram o estudo da economia no método escolástico tiveram uma base parecida, as ideias de Aristóteles e a base da doutrina católica os fizeram pensar de uma certa maneira. Alguns preceitos que são muito importantes é que os escolásticos mantiveram de Aristóteles, foram a defesa da propriedade privada como um meio de gerar menos conflitos, a ideia de Justiça Comutativa, entre outros. Santo Tomás de Aquino ajudou muito os escolásticos tardios em entender de forma simplificada e de acesso mais fácil as obras de Aristóteles e sobre questões muito caras para os moralistas católicos, como as leis eterna, natural e humana.

Com o avanço dos estudos sobre a ética, a justiça e a moral, os escolásticos tardios tiveram acesso a um amplo conhecimento e, portanto, seus pensamentos eram dominados pelas resoluções feitas por seus antepassados. Muito do que veremos no tratado de Juan de Mariana está baseado nos pensamentos aqui apresentados durante os dois últimos capítulos. Sendo assim, a base da filosofia tomista fora primordial para o avanço e popularização do método escolástico e Juan de Mariana utiliza amplamente esse método no que restou de seu tratado perseguido.

Neste segundo capítulo é demonstrado que a introdução de uma nova interpretação de mundo através de cópias de antigos filósofos. Proporcionou uma mudança crucial no pensamento econômico que se podia observar dentro da ICR, que por sua vez, ainda dominava em grande escala as ideias desenvolvidas e apresentadas por Santo Agostinho. Desta forma, mudança teológica-filosófica demonstra ter tido maior influência que as externalidades.

Capítulo III - O tratado De Monetae Mutatione (1609)

Neste capítulo será apresentado o autor Juan de Mariana, o seu tratado e a longa duração de seu pensamento. Primeiramente, para situar o leitor quanto à divulgação e reações de como o tratado *De Monetae Mutatione* ou Sobre a Alteração da Moeda teve em seu tempo no reino espanhol. Na revista Mises, em que o tratado está traduzido e publicado, existe uma nota de rodapé onde é feita uma breve explicação da história do tratado. De acordo com a revista que cita o autor John Laures, SJ, que escreveu o livro *The Political Economy of Juan De Mariana*, o tratado de Juan de Mariana foram expurgados pelo monarca, i.e., foi retirado das bancas onde vendiam o tratado. O rei que

ordenou o expurgo¹⁵ do tratado foi Filipe III, muito impulsionado pelas críticas formuladas Juan de Mariana quanto à adulteração da moeda e que será apresentada no subcapítulo 3.3 deste capítulo.

Além do expurgo do tratado, o autor Juan de Mariana foi acusado do crime de lesa-majestade. Neste caso específico, pode-se afirmar que o autor lesou a dignidade do rei e, por esse motivo, fora acusado do crime vigente na época. A punição, como evidenciado acima, foi o expurgo dos livros e a compra de todos os exemplares para barrar a divulgação de um tratado criminoso de acordo com a monarquia espanhola (MARIANA, 2014, vol.1., p. 163¹⁶). Somente sobraram treze capítulos de seu tratado, não sabendo ao certo quantos outros mais existiam e seu teor de crítica quanto à realeza e suas atitudes.

Um ponto importante que foi explicitado por George Albert Moore¹⁷ no artigo de Alejandro Chaufen nos diz que:

O De Monetae Mutatione era, igualmente, um assunto perigoso, pois, como ressalta Bodin na Réponse aux paradoxes de M. de Malestroit (1568), a questão da depreciação da moeda era a fraude típica de reis e príncipes. Esse tratado fez com que Mariana ficasse preso de quatro meses a um ano, perdesse seus escritos, que parece nunca mais foram devolvidos, e sofresse uma ameaça de ação urgente da temida Inquisição, e tudo isso em idade avançada (MOORE, 1947, p. 79-80 apud CHAUFEN, 2014, p. 158).

Portanto esse trecho acima evidencia que o autor teve de enfrentar a justiça e a própria ICR pelo fato de aplicar o conhecimento adquirido através de profundos estudos filosóficos aristotélicos e aplica-los na vida espanhola que presenciou. No entanto, um cristão convicto da verdade, Juan de Mariana não teve medo de se posicionar quanto a esse tipo de comentário, pois acreditava estar certo e que ajudaria o povo espanhol a se desvencilhar de um problema que assolava o reino em que vivia.

O intuito deste capítulo é destrinchar as minúcias de cada ponto indicado por Juan de Mariana em que corrobora para a mudança do pensamento da igreja católica quanto a economia ou não. Sendo assim, o autor será um exemplo da mudança do pensamento econômico dentro da ICR, onde os estudiosos e sábios da igreja tiveram uma significativa mudança quanto ao trato com a economia. Para isso deve-se entender

¹⁵ O expurgo está relacionado com o ato de retirada de circulação e silenciamento de uma obra, no sentido de eliminar algo.

¹⁶ Retirado da primeira nota de rodapé onde que foi escrita por Luiz Artoga.

¹⁷ Foi um Ph.D. em Ciência Política pela universidade de Georgetown.

um pouco melhor a vida e atuação do autor para poder explicar de forma satisfatória a formação e elaboração de seus mais caros pensamentos basilares.

3.1. O jesuíta que criticava o Rei: Juan de Mariana e seu pensamento econômico

Juan de Mariana: breve biografia

O autor Juan de Mariana nasceu em Toledo, no Reino da Espanha, em 1536. Estudou artes e teologia na *Universidad de Alcalá de Henares*. Nos seus dezoito anos de idade se iniciou na Companhia de Jesus na cidade de Valladolid. No ano de 1561 se formou em Teologia e começou a lecionar em alguns reinos europeus. Somente em 1574 se tornou catedrático em Toledo, onde pode escrever as suas maiores e mais relevantes obras.

Entre suas obras mais importantes estão a História Geral da Espanha (1592), um texto bastante usado como fonte para entender relações ibéricas. Sendo assim, Juan de Mariana pode ser considerado um historiador de seu tempo, pois em uma de suas obras desenvolveu textos que tentaram descrever e apresentar a história geral da Espanha. A Companhia de Jesus é reconhecida mundialmente pela sua tradição na parte educacional e, não fugindo disso, o autor seguiu essa tradição se tornando professor de teologia.

Outra obra muito importante e que gerou muitos problemas para Juan de Mariana e a ICR nos reinos católicos foi a *De Rege et Regis Institutione (1599)* (Sobre o rei e a instituição real). Neste tratado o autor desenvolve, entre outros tipos de ideias, a noção da licitude do tiranicídio, i.e., se é legal ou não assassinar o Rei em alguma condição. Sobre esse assunto Alejandro A. Chaufen nos explica que:

A obra sobre a monarquia, requisitada por Filipe II (1527- 1598) e dedicada a Filipe III (1578-1621), ganhou notoriedade após o assassinato de Henrique IV (1553-1610). Mariana, ao defender que o poder real derivava do povo, oferecera a justificativa para o tiranicídio a mando do povo. Em determinados círculos, Mariana tornou-se uma figura nada popular, especialmente na França, embora não surpreenda que o assassino de Henrique IV nunca tenha ouvido falar dele. (CHAUFEN, 2014, p. 157).

Portanto, o autor por mais que não seja mundialmente conhecido por seus escritos ou ações, participou e ocasionou alguns debates e teve atenção de monarquias

católicas pelos escritos os quais escreveu. Além disso, existiu a queima desse livro pelo executor público na França (CHAUFEN, 2014, p. 157).

O tratado *De Monetae Mutatione*, foi escrito e publicado em 1609 e como explicado anteriormente, foi expurgado das prateleiras por ordem real. Por fim, Juan de Mariana faleceu em Toledo, em 1624, onde deixou seus pensamentos escritos em tratados que tiveram uma grande importância para a mudança das noções econômicas dentro ICR, em especial em Toledo. Dentro desses pensamentos o que mais interessa a este trabalho está relacionado com a economia. No subcapítulo a seguir será explicado o pensamento econômico de Juan de Mariana.

O pensamento econômico de Juan de Mariana

Não se pode apresentar seu pensamento econômico se não entrarmos de fato no tratado que baseia esse trabalho, *De Monetae Mutatione*. Neste trecho serão apresentados alguns pensamentos que norteiam seus escritos e no próximo subcapítulo será feita uma análise mais detalhada de cada trecho essencial para entender as mudanças do pensamento econômico. Podemos entender o pensamento econômico de uma pessoa através da análise dos autores citados por ela, pois a citação seja concordante ou discordante, nos demonstra claramente conceitos importantes ou antíteses que moldam a forma de pensar do indivíduo.

O autor sendo, um Jesuíta e escolástico, possui evidente relação com a ICR e seus textos. Portanto, existe, de acordo com o que tudo indica, uma prevalência do pensamento bíblico e textos de Santos da ICR. Além da Bíblia, a Suma Teológica de São Tomás de Aquino, apresentada no capítulo II, norteou o pensamento de muitos escolásticos e Juan de Mariana não difere dos demais. Quanto à influência de São Tomás de Aquino, já foi explicado, neste mesmo trabalho, que sua *Magnum Opus* influenciou o método de pensamento que se baseia principalmente na dialética aristotélica.

Um fator que não deve ser desconsiderado para se conseguir entender o pensamento econômico de Juan de Mariana é a sociedade em que vivia e as relações econômicas da época. Muito de sua crítica em seu tratado está relacionado com as moedas de metais. Pode-se afirmar que o momento em que Mariana vivia era um período econômico onde se buscava o acúmulo de metais preciosos, o metalismo. Grande parte da sociedade europeia ocidental estava organizada em uma troca de

mercadorias de balança comercial positiva, isto é, exportar mais produtos do que importar, sendo assim manteria o metal dentro dos limites geográficos do reino, e com isso, o acumulava. Esse período ficou conhecido dentro da história econômica como mercantilismo.

Deste modo, o pensamento econômico de Juan de Mariana é baseado nas obras de Aristóteles, São Tomás de Aquino, Bíblia e diversos escolásticos que não conseguiríamos esclarecer quais pela falta de informações que temos sobre suas obras, já que muitas delas foram perseguidas pelo estado por críticas duras a Reis ou pensamentos Reais.

Neste momento serão apresentados trechos do pensamento de Mariana quanto à economia e no próximo subcapítulo o mesmo será melhor abordado relacionando a temporalidade das ideias e suas mudanças ou permanências. Um ponto interessante em que Juan de Mariana se destaca é quanto ao monopólio de setores da economia por parte do estado, o que se pode observar é uma contestação da ideia de monopólio econômico usando a razão e lógica, neste caso chegou a ser usado nada de argumentos teológicos como pode-se observar:

Eu próprio acrescento que, se não tem o consentimento do povo, o monarca será réu de tal delito e castigo, não apenas quando assim impõe sua vontade a título de tributos, mas também sob o artifício de um monopólio. Pois, decerto, esta será também uma fraude (embora sob outro nome) por meio da qual uma pessoa é subtraída do que lhe pertence: para que, vendidas as coisas por preço mais alto do que o justo, se leve ao erário parte do dinheiro dos súditos, sem nenhuma autoridade para tanto. [...]. Apenas defendo que os monopólios não se distinguem de tributos e é necessário ter idêntica cautela de instituí-los regradamente, e com igual consentimento do povo. (MARIANA, 2014 vol.1, 169).

Como explicado em outros trechos deste mesmo trabalho, o autor considera o monopólio sem o consentimento do povo uma forma de tributá-los, só que com outro nome, portanto o rei estaria errado. Esse pensamento é bastante comum no pensamento liberal como um todo, pois a centralização de comercializar produtos por parte do estado não ajuda o indivíduo, mas o atrapalha por comprar um produto mais caro. Neste trecho a ideia do preço justo parte de uma observação feita por Aristóteles, e melhor desenvolvida e apresentada por São Tomás de Aquino, que é a justiça comutativa. Sendo assim, somente neste trecho já conseguimos evidenciar as maiores influências que baseiam seu pensamento quanto a assuntos econômicos.

Seguindo em seu tratado, outro ponto muito importante para entender as ideias de Mariana é a consequência da desvalorização da moeda, o aumento de preços. De acordo com Mariana: “Isto ocorre toda vez que se desvaloriza a moeda: pois dá-se por maior preço o que vale menos.” (MARIANA, 2014 vol.1, p. 170). Portanto, o jesuíta foi um dos primeiros autores no mundo a falar sobre esse assunto específico. Um outro autor que também conseguiu estudar sobre isso é Jean Bodin que desenvolveu a TQM- Teoria Quantitativa de Moeda, onde explica que quanto maior a oferta de moeda no sistema, menos a moeda vale. De forma muito parecida, Mariana explica que ao desvalorizar essa moeda ocorrerá o aumento dos preços das mercadorias, por isso pode-se considerar fundamental esse raciocínio para entender o seu pensamento econômico.

Esses dois pontos vão nortear muito de seu pensamento, mas, além disso, o conceito de lei natural é um dos pontos basilares de seu tratado. Relembrando que a lei natural, em sua essência, é derivada da lei divina, portanto muitos de seus argumentos são baseados na moralidade cristã, ou seja, se as ações do rei estão de acordo com as leis divinas e naturais. Sendo assim, o trabalho de Juan de Mariana é um produto de uma mente que conseguiu utilizar o raciocínio lógico, filosófico, histórico e teológico para desenvolvê-lo.

3.2 De Monetae Mutatione (1609): Sobre a Alteração da Moeda

Este subcapítulo não irá tratar da história do tratado, pois já foi apresentado no início deste capítulo. O que será feito é a apresentação e explicação de cada trecho do tratado relacionando com o resto dos capítulos, podendo, desta forma, explicitar ao leitor as mudanças ou permanências do pensamento econômico dentro da ICR. Como se sabe uma instituição não pode emitir opinião, mas os seus membros e participantes podem. Portanto, as conclusões que Juan de Mariana teve não se referem ao coletivo da ICR, mas é uma opinião individual e que muitos outros escolásticos de seu tempo a compartilhavam. Sendo assim, o que Mariana escreve não representa a unidade da ICR, somente ao Papa é dado a autoridade de falar pela instituição.

Para entender como foi escrito esse tratado deve-se rememorar como funciona o método escolástico. Porém, a escolástica tardia, ou seja, aquela após meados 1500 d.C, utiliza de uma metodologia escolástica um pouco diferente do original de São Tomás de Aquino. Enquanto Aquino explica de forma reduzida os assuntos sem estender por várias páginas e não utiliza muito a história ou outras ciências em seus argumentos, o

jesuíta utiliza dessas ferramentas para enriquecer seu tratado. Contudo, a base ainda continua a mesma, sendo ela composta por uma questão e com argumentos favoráveis e contrários culminando em uma resposta para solucionar a questão.

No prefácio, Juan de Mariana explicita seu pensamento quanto a necessidade de falar sobre o assunto, mesmo sabendo que haveria críticas pesadas quanto ao teor do texto. Ele afirma que a sua intenção é ajudar na questão sobre a alteração da moeda na época em que vivia. (MARIANA, 2014 vol.1, p. 164). Neste prefácio fica evidente a invocação de sentimento cristão. Além disso é notável o uso do argumento de que o tratado fora elaborado para o bem público e não individual, como podemos ver a seguir:

Queira o Deus imortal, e todos os seus santos, que de nossos esforços algo se alcance para o bem público, tal como pedimos com todas as nossas orações; nenhuma outra recompensa eu desejaria e teria como cara, exceto que nosso rei, os que o aconselham, os demais ministros régios, e todos aqueles ante os quais se encontra a administração das coisas, lessem atentamente este folheto, no qual, embora sem refinamentos, nos esforçamos para ilustrar de modo acertado alguns vícios e inconvenientes que, julgo, devem ser evitados com todas as forças. (MARIANA, 2014 vol.1, p. 164).

Sendo assim, o intuito explícito neste prefácio é que o rei e seus súditos mais próximo a coroa leiam e o comuniquem de tais atos que Juan de Mariana irá julgar serem corretos ou não de acordo com a lei natural.

O primeiro capítulo do tratado

O capítulo I do tratado é um ponto essencial que vai intervir no restante de suas ideias. Neste capítulo a questão tratada foi “se o rei é dono dos bens que os súditos possuem” (MARIANA, 2014 vol.1, p. 165). Juan de Mariana expressa em seu parágrafo inicial o pensamento de que alguns súditos se aproximam do rei para ganhar vantagem e que isso é errado. Além disso menciona a questão de que o Poder não é como o Dinheiro, fazendo uma analogia com a questão da fome, se tu tens pouca comida (poder) tu gemes e sofre igual tu ter muita comida (poder), o que é diferente do dinheiro. Na sequência, Juan de Mariana faz clara defesa da não intervenção do rei no domínio privado ou público dos cidadãos, pois já recebe uma renda proveniente dos impostos, para poder administrar o reino, ducado, principado, etc. além disso ele usa a explicação de Aristóteles como base de seu pensamento, o que evidencia ainda mais a

influência aristotélica e, portanto, tomista no pensamento do escolástico como podemos observar:

Como diz Aristóteles (384-322 a.C.), os reis primeiro foram postos em eminência para que, na guerra, os cidadãos se protegessem contra a tormenta de inimigos que avançava, convocando-se o povo sob um estandarte. Desta posição deu-se um passo adiante, e lhes foi concedido, em tempo de paz, o poder de dar castigo aos criminosos e de dirimir com autoridade todas as querelas entre os populares. Para tutelar dignamente tal autoridade, designou-se certa renda, com a qual se sustentasse a vida do príncipe; também se determinou a forma de realizar este pagamento. Isto dá ao rei o domínio sobre a renda que lhe atribuiu a república e sobre outros bens que, ou já possuía antes de ser rei, ou que (já rei) tivesse recebido do povo – mas não lhe dá domínio sobre o que os cidadãos retiveram para si, pública ou privadamente. Nem o poder dado em guerra ao comandante, nem a autoridade de governar os súditos lhe outorgam a faculdade de lançar-se sobre os bens de cada um. (MARIANA, 2014 vol.1, p. 166).

Ficando evidente o posicionamento do padre jesuíta, podemos observar dois pontos interessantes, o respeito pela propriedade seja ela privada ou pública. Ele começou citando o Estagirita Aristóteles e usou de seus argumentos, muitos dos quais foram interpretados por São Tomás de Aquino, para embasar seu pensamento quanto a questão do capítulo primeiro. Além disso, na sequência de sua argumentação, há um exemplo de Jezabel e Nabot - personagens bíblicos- para demonstrar a prudência quanto a esse tema principal que formula a questão inicial e concordar com sua conclusão de que o rei não tem direito sobre os bens dos seus súditos (MARIANA, 2014, vol., 1).

Ao fim deste primeiro capítulo, a conclusão que Juan de Mariana chega é que o rei não tem direito de possuir os bens dos seus súditos, pois eles já pagam impostos para sustentar o príncipe. Além desse ponto, outra passagem que é muito interessante é a parte em que ele afirma que: “é a de que, sem consenso do povo, os reis nada podem sancionar em detrimento dos súditos; ...” (MARIANA, 2014 vol.1, p. 166-167). Esse tipo de pensamento parece estar em conformidade de pensamentos atuais de democratas e republicanos que se baseiam na vontade do povo para criar leis ou impostos, portanto Juan de Mariana traz consigo um pensamento destoante da monarquia absolutista em que vivia.

O segundo capítulo do tratado

Neste segundo capítulo o tema a ser abordado é “ se o rei pode impor tributos aos súditos sem seu consentimento” (MARIANA, 2014 vol.1, p.167). No início de sua

exposição o autor menciona alguns argumentos de quem é favorável a essa questão por ele exposta. O principal argumento é o de que a imposição ou não de novos tributos está ligada à modéstia do príncipe, podendo ele fazer de acordo com a necessidade das contas públicas, isto é, do erário. Exemplos na França são apresentados em argumentos contrários, afirmando que isso acabava por oprimir os súditos e usavam da religião para persuadi-los.

Um ponto bastante interessante no pensamento de Mariana, e que é um ataque deliberado contra o estamento real de Castela¹⁸, pode ser observado no trecho a seguir:

Em Castela, decerto seria pouco eficiente convocar uma corte de procuradores das cidades, pois poucos deles são idôneos para gerir estes temas. São levados pelo acaso, homens levianos de caráter venal, que nada mais têm diante dos olhos senão o desejo de merecer as graças do príncipe à custa da calamidade pública, para disto extrair lucro. (MARIANA, 2014 vol.1, p. 167).

Nesta parte do segundo capítulo pode-se evidenciar uma crítica aos governantes onde os acusa de serem pouco idôneos e que a reunião deles para ajudar o rei seria um desastre pois iria gerar gastos inúteis e diversos tipos de corrupção.

Ainda neste segundo capítulo Juan de Mariana chega a algumas conclusões que são essenciais para seu pensamento quanto ao assunto:

Seja então estabelecido que nunca é lícito ao príncipe oprimir seus súditos com novos ônus, a não ser que obtenha o consentimento daqueles a quem isto diz respeito, ou seja, ao menos os líderes do povo e a república. [...]. Isto se confirma abundantemente pelo que antes dizíamos: os bens privados dos cidadãos não estão sob o arbítrio do rei (MARIANA, 2014 vol.1, p.168).

Neste trecho é evidente seu posicionamento quanto à questão feita inicialmente, mas para embasar ainda mais sua posição ele relata leis que proíbem, no reino de Castela, a apropriação dos bens dos súditos pelo rei. Além disso, na sequência de seu pensamento, é exposto que, para o jesuíta, o monopólio é considerado uma forma de imposto sem o consentimento do povo ou de seus líderes:

Em Castela tem-se pretendido exigir um imposto público sobre a farinha, pois a nação tem sido oprimida por grandes dificuldades. Se, instituído um monopólio, fosse então lícito ao monarca comprar todo o trigo do reino e vendê-lo por preço mais alto, seria ocioso e sem sentido que a imposição de um tributo dependesse da vontade do povo – visto que o rei poderia

¹⁸ Casa real que dominava a Espanha na época em que vivia.

conseguir o que quer mediante monopólio, com lucro igual ou ainda maior. Disto depreendemos certamente que, se ao rei não é lícito impor novos tributos, tampouco o será instituir monopólios de mercadorias sem a consulta e a aprovação do povo ao qual se aplicam (MARIANA, 2014 vol.1, p.169).

Como exposto no subcapítulo 3.2, o monopólio só pode ser validado com o consentimento do povo. Um pensamento essencial desse autor, que se pode observar quando exemplificou a situação de um possível monopólio em Castela, é a ideia de que o monopólio afeta a justiça comutativa e, portanto, a lei natural, sendo, assim um processo imoral. Portanto, a conclusão desse segundo capítulo é a de que o rei não pode impor tributos sem o consentimento de seus súditos.

Terceiro capítulo do tratado

O terceiro capítulo trata especialmente da questão de que se o príncipe pode ou não adulterar a moeda em seu peso ou qualidade para controlar suas contas sem o consentimento do povo (MARIANA, 2014 vol.1). De acordo com Mariana:

O parecer comum dos juriconsultos está, sem dúvida, em concordância com o do Hostiense, no título *De Censibus*; dentre eles tanto Inocêncio IV quanto o Panormitano, no capítulo *Quanto* (no título *De Iureiurando*), indicam que o príncipe não o pode fazer, exceto com o consentimento dos súditos (MARIANA, 2014, vol.1., p. 170)

Em conformidade com o trecho acima citado, o autor usa de jurisdição eclesiástica para condenar o ato de adulterar a moeda somente senão com o consentimento do povo. Pois, como exposto no subcapítulo 3.2, Juan de Mariana enxerga na desvalorização da moeda um problema econômico, que Jean Bodin já explicou, através da TQM – Teoria Quantitativa da Moeda.

Um argumento de Mariana em que se pode observar uma noção admirável quanto à construção do preço de objetos e produtos é o seguinte: “Não te deixes levar pelos disfarces e artimanhas de uma lei que dá ao metal valor maior que o que tem por natureza e avaliação comum” (MARIANA, 2014 vol.1, p.170). Desta forma o autor concorda que o valor não se dá pelo o que uma lei a regulamenta – um argumento que será melhor desenvolvido adiante-, mas de acordo com a natureza e avaliação comum que nesse caso seria o mercado.

No fim deste breve capítulo o autor reafirma e dá de exemplo para Filipe III que seus antecessores e outros governantes sempre tiveram a aprovação de povos para

modificar e adulterar a moeda. Sendo assim, mais uma vez o autor usa de argumentos históricos para demonstrar um exemplo para se seguir, algo muito comum dentro da sociedade medieval ocidental e antiga, em que se usava o exemplo de grandes homens para moldar o ser em formação.

Quarto capítulo do tratado

No quarto capítulo Juan de Mariana expôs a ideia de duplo valor da moeda, sendo ela intrínseca e extrínseca. O primeiro valor é o intrínseco onde o peso e a cunhagem geram um valor sobre a moeda, mas no valor extrínseco é balizado pela determinação real, ou seja, por lei feita pelo rei. Ao longo de sua argumentação, Mariana explica como na história o uso do metal como meio de troca foi se tornando o principal meio. Neste trecho destacado a seguir pode-se ver a influência novamente de Aristóteles para elaborar seu pensamento:

Mas defendo que estes dois valores deveriam precisa e diligentemente igualar-se, e isto se depreende do que dizia Aristóteles no início, os homens trocavam entre si as próprias coisas. Em seguida, por opinião comum, pareceu melhor que as mercadorias fossem trocadas por metais como ferro e ouro, para evitar dispêndios e aliviar o incômodo de trazer de lugares distantes as mercadorias tidas por ambas as partes como estorvadoras e impeditivas. Assim, uma ovelha era trocada por tantas libras de cobre, um cavalo por tantas de prata. Mas era difícil pesar estes metais com precisão. Portanto, a autoridade pública determinou que nas peças de metal se marcasse seu peso, para a comodidade do comércio. Este é o uso principal e legítimo do dinheiro, embora o tempo e a malícia tenham introduzido fraudes e artimanhas alheias ao seu emprego salutar (MARIANA, 2014, vol.1., p. 171).

Como o padre jesuíta foi um historiador ele utilizou de argumentos históricos para explicar ao rei e a realeza o motivo do uso do metal como meio de troca. Pode-se notar uma diferenciação da noção do dinheiro dentro de participantes da ICR. Santo Agostinho tinha uma noção e um julgamento negativo quanto ao dinheiro, pois, como explicado no primeiro capítulo, o dinheiro estava relacionado com a deusa Pecúnia, levando consigo então um caráter pagão. Portanto, é uma mudança importante e fica evidente neste trecho que a ideia mais aceita no meio acadêmico católico é a apresentação sobre a moeda por Aristóteles e promovida por São Tomás de Aquino. Além disso, explica que o estado, no caso a autoridade pública, marcasse o peso e a

cunhasse para que pudesse haver uma estabilidade nas trocas sem que pessoas fossem amplamente prejudicadas por outras.

Ao apresentar o argumento de como a moeda funcionava, Mariana, como um grande conhecedor das leis e das notícias de seu reino, explicou como aconteceram a fundição de moedas ao longo de algumas décadas. Ao explicar que os reis católicos da Espanha no ano de 1497 alteraram a moeda, ele começa a introduzir o principal questionamento de seu tratado, entender a alteração da moeda (MARIANA, 2014 vol.1). Um exemplo muito claro dessa modificação da moeda na Espanha é a mudança de cunhagem proposta e feita e por Filipe II:

Depois, em 1566, Filipe II anulou a lei anterior e estabeleceu que a oito onças de cobre se mesclariam quatro grãos de prata (o exato peso de uma moeda de prata); e disto se cunhariam 110 maravedis. Deste modo, ele subtraiu pouco mais de meia moeda de prata da qualidade do metal e ainda agregou 14 maravedis ao antigo valor. Certamente pareceu-lhe, creio, que os custos de cunhagem duplicaram de uma época para a outra; ademais, ter-se-ia obtido certo lucro por sua administração (MARIANA, 2014, vol.1., p. 172).

A palavra maravedis, no exemplo acima, designa a moeda de cobre na época em que Juan de Mariana viveu, mas ao longo da história ela era sinônimo de outros metais como poderemos ver melhor no capítulo oito do tratado. No trecho retirado de seu tratado, o autor nos explica o modo de adulteração da moeda e como isso alterava o valor dela. Concluindo esse capítulo, Mariana explica novamente a relação entre o preço das mercadorias com a depreciação da moeda. Muito desse pensamento podemos retirar da ideia de inflação atual nos moldes austríacos. No sentido austríaco a inflação está relacionada com a impressão de moeda e com a velocidade com que ela circula. Sendo assim, Juan de Mariana, expressando seu pensamento de que se a qualidade e o peso da moeda decrescer as mercadorias irão aumentar, apresenta pensamentos que influenciaram o modo de pensar da escola austríaca de economia e outras escolas econômicas. (MISES, 2018).

Quinto capítulo do tratado

Este capítulo trata em especial dos fundamentos do comércio, que são a moeda, o peso e a medida. De acordo com Mariana, para um comércio estar bem estável e com isso ter garantias de boa negociação é necessário ter peso e medidas da moeda estabelecidos e imóveis, além de uma moeda com boa qualidade. Neste sentido, ele faz uma analogia de que o alicerce de uma casa tem que ser imóvel para sustentar de forma

satisfatória a casa, ou seja, a moeda, peso e medida estáveis são o que sustentam de forma saudável o comércio.

No trecho que será citado a seguir podemos ver a influência de São Tomás de Aquino em seu texto e em sua forma de pensar: “Também segundo o próprio Santo Tomás de Aquino (1225-1274), a moeda não deveria ser mudada à toa *ou à mera vontade do príncipe*” (MARIANA, 2014, vol.1., p. 173). Aquino diz que não pode ser mudada a moeda por qualquer motivo, ou seja, esse argumento ajuda a construção do pensamento negativo sobre a adulteração da moeda por parte de Juan de Mariana.

A mudança da moeda de acordo com Mariana era feita nos tempos antigos, isto é, reis espanhóis antes de Filipe II, com o intuito de desvalorizar e enriquecer o erário. Mas, de acordo com o padre, esse pensamento foi mudando com o tempo, pois se enxergava os males que faziam a moeda ter seu peso, qualidade e medida trocada.

Sexto capítulo do tratado

O sexto capítulo é uma abordagem histórica que demonstra que a moeda sempre fora alterada ao longo dos tempos. Este é um dos trechos mais longos, porém, com muitas referências e análise de discursos, o autor embasa ainda mais sua resposta de que a desvalorização e a não estabilidade dos fundamentos do comércio geram problemas a população. No início do capítulo Mariana deu um exemplo da cultura judaica em que eles mantinham o peso e as medidas guardadas. Mais uma vez, o jesuíta volta a afirmar e criticar a realeza de Castela, que sem os fundamentos do comércio estáveis irá gerar um problema de grandes proporções.

Pode-se observar que, ao longo das páginas que contemplam esse capítulo, Mariana quis usar da história para ensinar o rei vigente, Filipe III, de que a adulteração da moeda fora feita por diversos antepassados dele, mas que isso gerava entraves no comércio, por isso é uma medida recomendada por Mariana não adulterar as moedas (MARIANA, 2014, vol.1., p. 173,174,175).

Sétimo capítulo do tratado

O capítulo em questão trata sobre as conveniências da alteração da moeda de cobre. O capítulo é extremamente curto e o próprio autor explica de forma breve que a moeda de cobre já fora usada com a adição de prata e sem ela ao longo dos tempos.

Sendo assim, Mariana conclui que as inconveniências quanto à moeda de cobre ser adulterada não são relevantes neste capítulo, somente em outro no mesmo tratado. Usando do argumento que nem tudo é perfeito, e que o dever do homem é achar o equilíbrio de suas ações, o autor não apresenta argumentos desfavoráveis à adulteração da moeda de cobre, somente o faz em um novo capítulo (MARIANA, 2014, vol.1., p. 175,176,177).

Oitavo capítulo do tratado

Este capítulo é repleto de informações históricas sobre “os vários tipos e valores dos maravedis em Castela” (MARIANA, 2014, vol.1., p. 177). Os primeiros maravedis eram forjados de ouro, muito usado no período onde ainda tinha a presença do povo Godo. Luiz Astorga que escreveu as notas de rodapé deste tratado traduzido em português, nos informa em uma nota de rodapé sobre a palavra maravedi:

Apesar do que neste parágrafo afirma o autor – que na versão castelhana dá como fonte não só o Forum Iudicum (Fuero Juzgo), mas o Codex Euricianus (Leyes Góticas), dois corpos legais visigóticos – o termo “maravedi” só constaria de traduções bem posteriores aos originais latinos dos documentos. Nestes, lê-se *solidus* (soldo), moeda realmente presente naquele império. Embora o autor nos vá fazer notar – corretamente – que o soldo visigótico (herdeiro ibero do sistema romano) tenha sido na prática igualado ao maravedi, esta moeda em particular não foi propriamente visigoda, mas posterior. Tanto ela quanto o termo que a representa ainda não haviam surgido antes do século XI, quando da invasão dos almorávidas (*al-murabitûn*), dinastia que, no poder, deu então seu nome (*murabití*, “maravedi”) ao dinar mouro. Este detalhe, embora digno de nota, não invalida a exposição de Mariana, pois aqui apenas comparam-se proporções monetárias e mostra-se certa persistência do sistema romano. O maravedi se introduziu, como o fizeram outras moedas do califado ao longo daqueles anos, tendo como substrato a apropriação visigótica da moeda romana. (MARIANA, 2014, vol.1., p. 177).

Neste trecho citado acima, pode-se observar que uma palavra nos serve como exemplo da interação social que teve na península ibérica. Como apresentado no primeiro e segundo capítulo deste TCC, a região da península ibérica fora dominada pelo povo muçulmano por um período de tempo, mas muitos resquícios de sua cultura se mantiveram na sociedade que ali viva. A palavra maravedi é uma prova de que houve a permanência da cultura muçulmana em alguns aspectos da sociedade ibérica, portanto pode-se afirmar que a conservação dessa palavra nos remete a um estrato de tempo da história conjuntural como explicado no capítulo I.

No resto do capítulo o autor apenas expõe mudanças da moeda maravedis ao longo do tempo e quanto ela valia. Como explicado em outros trechos, o uso da história como um fator de exemplo foi usado em abundância pelo jesuíta. O capítulo é longo e repleto de informações históricas sobre a moeda, mas que não é a pesquisa central que se faz neste presente trabalho.

Nono capítulo do tratado

O capítulo em questão nos traz informações muito interessantes quanto à noção de história por parte de Mariana, como podemos observar no trecho a seguir:

Em matéria tão grave, não é justo que de minha cabeça e pensamentos eu produza argumentos sutis e especulativos (que frequentemente levam ao erro), mas que combata munido de exemplos de nossa experiência ou dos tempos de nossos antepassados. Julgo ser esta a decisão mais prudente, e caminho certo à verdade, pois os tempos presentes são, sem dúvida, semelhantes aos passados. O que ocorreu, ocorrerá. Por isso, os eventos anteriores têm grande força para persuadir de que quem enveredar pelo mesmo caminho chegará ao mesmo destino. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 460).

Com o que fora exposto, creio ser necessária uma explicação do conceito de história antigo e que perdurou por muito tempo até o iluminismo, sendo um dos maiores críticos da visão antiga de história o filósofo Voltaire. A Filósofa Hannah Arendt discorreu em seu livro¹⁹ que o pensamento historiográfico da época de Heródoto²⁰ se resumia a “preservar aquilo que deve sua existência aos homens” (ARENDR, 2009, p.70), ou seja, imortalizar os feitos para posteriormente ser lido, pois no pensamento grego era recorrente a ideia da mortalidade humana onde a vida era uma linha retilínea e apenas os deuses e o sagrado detinham a vida de forma cíclica (ARENDR, 2009, p.71).

Conforme o que expõe Arendt, os gregos entendiam a natureza e os deuses, ou seja, tudo que existe sem a intervenção humana, como algo imortal e que ao passar dos tempos não poderia ser ignorado ou esquecido, enquanto os homens, como seres mortais assim como os outros animais, apenas diferenciados pela noção de devir, ou por identificar-se como indivíduos, estariam fadados a cumprir com a ordem natural ou curso da vida, onde a mortalidade do ser humano, entendida como retilínea, se

¹⁹ ARENDR, Hannah. **O conceito de história** – antigo e moderno. In: Entre o Passado e o Futuro. Perspectiva: São Paulo, 2009.

²⁰ Considerado o primeiro historiador.

contrapunha ao restante das coisas naturais do universo, que, para eles, moviam-se de maneira cíclica.

Durante o período clássico, os feitos e grandes eventos promovidos pelos homens eram enxergados como cortes bruscos ou interrupções nesse movimento circular da vida biológica, não faziam parte da totalidade, algo que só veio a ocorrer na antiguidade tardia, onde os feitos e as palavras estavam acompanhados pelas histórias das nações, onde os processos históricos englobam as ações humanas, onde a mortalidade passou da forma retilínea para assumir a forma cíclica das coisas naturais, onde a história se reintegrou à natureza.

Ainda nesse capítulo, o autor trata de entrada e saída de moedas da Espanha e a relação com as Índias²¹. Além disso, é afirmado pelo autor uma prática muito recorrente que Pierre Deyon nos explicou em seu livro *O Mercantilismo*. A prática a que me refiro é a proibição da saída metais da Espanha, sendo permitido somente a entrada. Podemos observar no trecho a seguir esse exemplo: “Dir-se-á que se trata como incômodo a obediência às próprias leis da Espanha, pelas quais é totalmente vedado o envio de prata a outras nações. ” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 460). Na sequência de sua argumentação o autor ainda explica que: “Se necessário for o comércio com estrangeiros, ocasionalmente chegará aos nossos mercadores a prata das Índias, com a qual poderão comprar vestes de linho, papel, livros, miudezas e similares. ” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 460). Sendo assim, o autor explicita que a prata vinha das Índias, proveniente principalmente da Argentina, que tem origem no nome em latim da matéria prata o *Argento*.

As moedas, de acordo com Mariana, tinham usos diferentes. A moeda de prata era usada principalmente para suprir as contas do erário e, portanto, pouco usada pela população que usava de moeda de cobre em sua maior parte. O ouro como explicado por Le Goff (2015), era usado principalmente pela igreja e a realeza, sendo dificilmente usada no dia-a-dia. Mariana explica que a prata presente na moeda de cobre representa os resquícios de uma boa qualidade de maravedi, isto é, que os antecessores de Filipe III tinham o maravedi – a moeda- cunhado de prata pura e aos poucos foram adulterando e deixando em quase cobre puro.

²¹ O nome é designado a territórios de domínio espanhol fora da Europa, sendo assim sem relação com o território que conhecemos hoje como Índia.

Décimo capítulo do tratado

Este capítulo e o próximo são os mais importantes deste tratado pelo o que o autor propôs inicialmente, já que a principal questão é “As maiores inconveniências advindas da alteração de moeda” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 462). Este é um dos capítulos mais extensos do tratado, trazendo neles argumentos muito importantes e que serviriam de base para o pensamento da escola austríaca de economia que veremos no próximo subcapítulo. No início de sua argumentação, o jesuíta explica que o que está acontecendo atualmente na questão da quantidade de moedas de cobre na Espanha está contra a lei. Podemos observar que sua argumentação está baseada em decretos anteriores ao rei vigente em sua época, como podemos ver a seguir:

No decreto de 1497 acerca do ouro e da prata, os Reis Católicos não impõem nenhum impedimento a que se cunhe tanto quanto se tiver destes metais; quanto à moeda de cobre, na Lei a sancionaram que se cunhariam não mais que dez milhões de maravedis, e que esta responsabilidade se dividiria entre sete casas da moeda, segundo quantidades determinadas. E Filipe II (1527-1598), rei de Espanha, em lei promulgada em 1566, nega ser conveniente produzir mais moedas de cobre do que o bastante para o uso e comércio comuns, e comanda que não se as cunhe sem ordem régia. Ademais, no uso comum a moeda de cobre só deve servir para compras menores; para trocas maiores, temos as de ouro e prata. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 463).

No trecho retirado do tratado podemos ver o seu raciocínio exposto, o que confere uma boa crítica ao sentido estrito da lei. As leis derivam em último caso da lei eterna, sendo assim, uma lei não pode levar consigo uma ideia de Mal, mas sempre buscando o Bem. Podemos ver na argumentação após esse resgate histórico que Juan de Mariana concorda com a justiça da lei que proíbe a cunhagem de muitas moedas de cobre. Como podemos ver a seguir:

No caso da moeda de cobre, sua grande quantidade produz justamente o efeito adverso: é grave o incômodo de contá-lo, e a um homem lhe custa quase o dia inteiro para contar o equivalente a mil moedas de ouro neste dinheiro. E que dizer do seu transporte? Não sem grande esforço e custo se o leva às regiões remotas de onde se importam as mercadorias. Assim, uma inundação desta moeda é contrária às nossas leis. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 463).

Utilizando da ideia de moeda aristotélica em que deve ser um facilitador de troca, o autor explica que além de ser contrário às leis de seu país, também é contra a lógica de se ter uma moeda como facilitador de troca e universal. De acordo com Mariana: “Tratamos do primeiro inconveniente. Quanto ao segundo, não apenas a presente prática é contrária às leis da nação (o que se poderia dissimular), mas se opõe à reta razão e à própria lei natural, e perturbar a ambas é nefasto.” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 463). Portanto, usa-se a lógica da lei natural, além da lei dos povos, para julgar o ato se é correto ou não.

Em seguida o autor nos explica um ponto nevrálgico de seu tratado: se é permitido ou não o rei multiplicar o valor da moeda por uma lei. De acordo com Mariana, o que aconteceu na Espanha foi uma transgressão das leis que regiam o poder legal do rei quanto à manipulação da moeda: “acaso seria correto que o rei triplicasse mediante lei o preço da mesma quantidade de lã e seda, deixasse o dono reter um terço do valor da venda e tomasse o restante só para si? Quem o aprovaria? Mas foi isto o que fez com esta nova moeda que agora se cunha.” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 463).

Outro fator extremamente importante e que muito influencia os pensamentos de economistas mais recentes é o que ele chama de terceiro inconveniente: “o de que o preço de todas as mercadorias não subirá menos do que a própria depreciação sofrida pela moeda em qualidade e peso.” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 464). Aqui ele demonstra que a história serve para nos mostrar o exemplo para o futuro, e que, no caso de Afonso X, vemos um problema que acontece muito dentro das economias, a intervenção econômica. Como Juan de Mariana nos explica, ao tentar tabelar o preço das mercadorias, os mercadores não vendiam ao preço anterior, já que a moeda se depreciou e perdeu valor, mas com a ordem de tabelamento de Afonso X criou-se um problema maior, muitos da população que vendiam aos mercadores itens tiveram que ficar no prejuízo e também os nobres. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 464).

Outra tentativa de interferência econômica foi a tentativa de manter o preço da prata através de lei, o que não funcionou, como explica Mariana:

Na crônica de Afonso XI (1311-1350), Rei de Castela, capítulo 98, lemos que se fizeram novenes e coronados de mesma qualidade e de mesmo tipo que as de seu pai, o rei Fernando IV (1285- 1312)¹³. Para que os preços não subissem como resultado desta alteração – pois sem dúvida o novo dinheiro não era de mesma qualidade –, o monarca precaveu-se diligentemente para que o preço da prata não se elevasse, e que, tal qual antes, oito onças se mantivessem a 125 maravedis. De nada serviu a precaução: as mercadorias subiram de preço, e também a prata. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 464).

Neste trecho fica evidente que Mariana concorda que leis não podem controlar o mercado. Portanto, seu entendimento de que uma legislação se basear em preços datados por lei gera muitos infortúnios, pois uma lei tem de estar buscando o Bem e estar de acordo com a lei natural e divina.

Ainda neste extenso capítulo o autor faz afirmações baseadas ainda em exemplos históricos sobre a adulteração da moeda. Neste ponto específico ele escreve sobre o tabelamento de preços e seus males. O mercado, isto é, pessoas querendo comprar e vender livremente seus produtos, acontece de forma natural e orgânica, pois, de acordo com Aristóteles, a necessidade é um dos principais fatores para que possa haver comércio entre as pessoas. Portanto, quando um tabelamento de preços existe e não mais uma justiça comutativa entre o vendedor e comprador, acaba gerando diversos problemas, entre eles a miséria. De acordo com Mariana:

E tal dificuldade se dará tantas vezes quantas a moeda for deteriorada. A este mal se dará o remédio deletério do tabelamento dos produtos, para que cada um se venda por este ou aquele preço; isto será grave para os comerciantes, e estes se recusarão a vender; cessado o comércio, e devido à carestia dos produtos, todo o povo voltará à pobreza e haverá tumultos. Assim, necessariamente, como sabemos que foi feito tantas vezes nestas situações, ou será recolhido o novo dinheiro, ou se subtrairá de seu valor um terço ou a metade, por exemplo. Então, de repente, quase como num sonho, acontecerá que quem tinha 300 ducados nesta moeda passará a ter 100 ou 150, e todo o resto nesta mesma proporção. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 465).

Este conceito de que o mercado não consegue ser regulado ou tabelado, é muito recorrente nas filosofias liberais mais atuais. Isso evidencia que Mariana usa de argumentos filosóficos e teológicos para defender o não tabelamento dos preços de mercadorias. Sendo assim, apresentado dessa forma, sem cunho puramente materialista, o autor consegue mesclar o pensamento da ICR com a filosofia e chegar em uma solução para um problema econômico. Portanto, é notável que Mariana explicou o funcionamento do comércio que é baseado através da livre troca entre as pessoas, e que, caso se tente regulá-lo serão causados problemas relacionados a miséria. Essa crítica é bastante usada pelos liberais para criticar o intervencionismo na economia e as economias fechadas ou tabeladas que tiveram, como a URSS, Coreia do Norte e Cuba. Por fim o autor ainda critica Henrique VII por se desassociar da ICR e com isso sua moeda desvalorizar muito, gerando assim problemas para a população.

Décimo primeiro e Décimo segundo capítulo do tratado

O capítulo 11 trata sobre se “convém alterar o dinheiro de prata” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 468). De acordo com Mariana, a prata que circula na Espanha é de boa qualidade e vale mais que alguns vizinhos. Portanto, uma desvalorização para o enriquecimento do erário não causaria algo de bom para a sociedade, somente para a realeza. A prata na Espanha é a moeda mais usada no comércio, pois a grande quantidade de cobre impossibilita de fazer grandes negócios. Sendo assim, uma alteração na qualidade da moeda de prata afetaria diretamente o comércio espanhol e com isso traria desarmonia à sociedade. O décimo segundo capítulo aborda sobre a alteração da moeda de ouro. Um dos principais argumentos de Juan de Mariana é que as quantidades de moedas de ouro são baixas e, portanto, a alteração delas não iria influenciar muito na questão de desvalorização. Mas, mesmo com esse argumento, continua a defender a proibição de adulteração da moeda sem o consentimento do povo, apenas para o enriquecimento do erário. Em suas palavras:

Enfim: creio ser de máxima importância que os príncipes não extraiam lucro da moeda mediante sua adulteração. De outro modo, nenhum esforço refreará a avidez de estrangeiros e nacionais, que na expectativa de enorme ganho aproveitarão para impingir-nos dinheiro de aparência semelhante, mas falsificado e ruim. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 474).

Décimo Terceiro capítulo do tratado

O último capítulo do que restou do tratado é intitulado como “Acaso Há Maneira de Socorrer o Príncipe em suas Necessidades? ” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 474). Neste caso, o autor não irá defender a adulteração da moeda que tanto condena. Portanto, ele apresenta outras maneiras de conseguir sobrar mais dinheiro na realeza, algo que a imensa maioria dos governos atuais faz quando o estado está em grande crise, cortes de gastos. De acordo com Mariana: “O primeiro é que os gastos da casa real poderiam diminuir-se um tanto, pois as coisas moderadas com razão e prudência reluzem mais e comportam maior majestade do que a prodigalidade desmedida do supérfluo. ” (MARIANA, 2014, vol.2., p. 474).

O segundo apontamento que ele faz para conter os gastos da corte e com isso segurar mais dinheiro para o erário, seria acabar com algumas luxúrias. Neste ponto específico qualquer cidadão bem informado sobre os gastos públicos há de ver semelhança enorme com o que Juan de Mariana expõe no trecho a seguir:

O segundo é que, se as benesses do rei fossem menores, maior seria a sua renda. Não creio que o rei deva sofrer infâmia, ou que deva ser pouca a recompensa pelas ilustres ações e auxílios de seus vassalos, mas penso que duas coisas se devem considerar. A primeira é que decerto não há neste mundo nenhum outro reino que conceda publicamente tantos e tão numerosos prêmios, comissões, ofícios, pensões, fortalezas, comendas; ao distribuí-los comedida e seletivamente, podem-se poupar fundos extraordinários do tesouro do rei e de suas demais rendas. A segunda: tenha-se em mente que com presentes em abundância os homens não se tornam mais dispostos a obedecer, ou a ter boa vontade com quem os dá; pois é humano que sejamos mais levados pela expectativa da recompensa futura do que pela memória do benefício recebido. E tanto isto é assim, que os que muito enriqueceram na corte logo pensam na aposentadoria e na vida tranquila. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 474-475).

Para finalizar o tratado, ou uma parte do que nos restou, o autor faz um discurso que merece ser analisado:

Era este meu parecer ao longo de todos estes assuntos que aqui discutimos, em especial sobre a alteração e adulteração da moeda de cobre. Estas são ações que me parecem injustas, se feitas sem consentimento do povo; se feitas com consentimento, daninhas de várias formas. Se procedemos até aqui com verdade e razão, darei graças a Deus. Se me enganei, decerto merece perdão a sincera vontade de ajudar. Pois algum conhecimento dos infortúnios passados me faz temer que incorreremos em males dos quais será difícil erguer-nos. Se alguém se irritar pelo que afirmamos nesta disputa, tenha em mente que os bons remédios muitas vezes são amargos e pungentes. Além disso, em assunto que diz respeito a todos, qualquer um está livre para explicar o que pensa, quer esteja correto, quer se engane. Por último, rogo a Deus que ilumine com a luz da verdade os olhos e mentes daqueles em cujas mãos está o governo, para que, tendo compreendido conselhos salutares, possam abraçá-los desapaixonadamente e não se furtar a pô-los em prática. (MARIANA, 2014, vol.2., p. 478).

Primeiramente o autor reafirma sua posição de que a adulteração da moeda, focando principalmente na de cobre, gera diversos problemas. Além disso, ele explica que o que fez escrever está relacionado com o seu conhecimento histórico quanto ao tema e que receava acontecer males quase que irreversíveis. Desta forma, como um seguidor de cristo não pode ele compactuar com algo que fará mal para a sociedade. O jesuíta reconhece que se estiver errado pede desculpas, mas se estiver correto é certo que suas palavras por mais duras que sejam, foram necessárias. Como se sabe, a realeza não aceitou muito bem a sua crítica, portanto Mariana sofreu censura por parta da

própria ICR e da realeza que representa o mundo secular. No próximo subcapítulo será abordada a longa duração do pensamento de Mariana e como ele se desenvolveu e aperfeiçoou ou modificou.

3.3 O pensamento de “longa duração”: A Escola Austríaca

Este último subcapítulo é uma evidência da longa duração do pensamento de Mariana. A Escola Austríaca, como explicado ao longo desse trabalho, reiniciou com o economista Carl Menger (1840-1921). De acordo com Huerta de Soto:

Para compreender a influência dos escolásticos espanhóis sobre o posterior desenvolvimento da Escola Austríaca de Economia é preciso recordar, antes de tudo, que no século XVI, o imperador e rei de Espanha Carlos V enviou o seu irmão Fernando I para ser rei da Áustria. “Áustria” significa, etimologicamente, “parte este do Império”, Império que nessa altura compreendia praticamente a totalidade da Europa continental, com a única exceção importante da França, que permanecia isolada e rodeada por forças espanholas. É assim fácil compreender a origem da influência intelectual dos escolásticos espanhóis sobre a Escola Austríaca, e que não foi uma simples coincidência ou um mero capricho da história, mas que foi o produto de íntimas relações históricas, políticas e culturais que se desenvolveram entre a Espanha e a Áustria a partir do século XVI (Bérengruer, 1993: 133- 335). Estas relações haveriam de manter-se durante vários séculos e nas mesmas também teve um papel importantíssimo a Itália, como ponte cultural através da qual fluíram as relações intelectuais entre ambos os extremos do Império (Espanha e Áustria). Por tudo isto, existem importantes argumentos para defender a tese de que, pelo menos nas suas origens, a Escola Austríaca é, em última instância, uma escola de tradição espanhola. (BÉRENGUER, 1993: 133- 335 apud DE SOTO, 2010, p.56).

Portanto pode-se afirmar que a Escola Austríaca tem uma íntima relação com a tradição dos católicos da escolástica espanhola. Carl Menger é tido como um dos principais nomes a reintroduzir esses pensamentos dentro da querela econômica, e também é conhecido pela revolução marginalista, onde modifica as estruturas da economia clássica, não sendo o objetivo deste trabalho especificar as mudanças da economia clássica para a neoclássica²².

Vale ressaltar como o pensamento pós-escolástico se desenvolveu e como ele incidiu na Europa ocidental. A reforma protestante que ocorreu no ano de 1500 com Martinho Lutero alterou de forma definitiva a Europa e o mundo. A educação era um

²² Para este assunto recomendo a leitura de ROTHBARD, Murray N. **An Austrian Perspective on the History of Economic Thought, Volumes I and II**, Edward Elgar Publishing Ltd., 1995.

dos principais pilares da ICR que foram abalados pela reforma, pois como explicado anteriormente, a educação católica era dividida entre o *Trivium* e o *Quadrivium*. No pós-reforma muito da educação católica foi substituída por novas educações religiosas, desta forma vários países antes católicos, modificaram algumas bases de pensamentos e com isso a tradição escolástica fora se perdendo dentro desses reinos. Entretanto, os reinos ainda católicos ou com predominância católica, mantiveram algumas de suas tradições escolásticas vivas. Outro ponto importante, mas que não será muito abordado aqui foi a mudança da ciência apriorística para a *posteriori* com a revolução científica.

Os países ibéricos se mantiveram ao longo de muitos séculos como reinos ou impérios católicos ou de predominância católica e com isso conservaram a mentalidade e educação amplamente católica, mas sem deixar de participar do novo método de fazer ciência. Um trecho deveras interessante que De Soto nos apresenta, demonstra de forma clara como que os pensamentos escolásticos puderam se manter nesses reinos e impérios católicos:

Mesmo na Espanha, e durante a longa decadência dos séculos XVIII e XIX, a tradição dos nossos escolásticos não desapareceu completamente, e isto apesar do enorme complexo de inferioridade face ao universo intelectual anglo-saxônico típico daquela época. Prova disso é que outro autor espanhol de tradição católica foi capaz de resolver o paradoxo do valor e de enunciar com toda a clareza a lei da utilidade marginal vinte e sete anos antes de Carl Menger publicar os seus Princípios de Economia Política. Trata-se do catalão Jaime Balmes (1810-1848), que durante a sua curta vida se tornou o mais importante filósofo tomista na Espanha do seu tempo. Assim, em 1844, publicou um artigo intitulado “Verdadeira ideia do valor ou reflexões sobre a origem, natureza e variedade dos preços”, em que ele não só resolveu o paradoxo do valor, como também expôs com toda a clareza a lei da utilidade marginal. (DE SOTO, 2010, p.58-59).

O reino austríaco ou o império austríaco teve como religião oficial o catolicismo durante muito tempo. Carl Menger, sendo de nacionalidade austríaca, pode ter tido uma influência dos escolásticos espanhóis e com isso desenvolvido e iniciado a escola austríaca de economia. Além de Menger, vale ressaltar o grande economista Ludwig Von Mises (1881-1973), amplamente citado neste trabalho. Mises desenvolveu e aperfeiçoou teorias que muito dos escolásticos tinham apresentado em seus tratados

durante o período em que viveram²³. Ele desenvolveu um novo campo de conhecimento para a ciência econômica, a praxeologia²⁴.

Deste modo, fica evidente que o pensamento sobre economia dos escolásticos e de Juan de Mariana perduraram durante séculos e atualmente está cada vez mais forte nos meios midiáticos e acadêmicos. A longa duração deste pensamento se deve pela simplicidade e efetividade quando posta em testes, sendo assim pensamentos que duram séculos merecem atenção, nem todos têm a virtude do Bem, mas são importantes para entender a sociedade em que vivemos.

²³ Para se aprofundar mais na escola austríaca recomendo: DE SOTO, Jesús Huerta. **A Escola Austríaca: mercado e criatividade empresarial**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

²⁴ Para entender melhor a praxeologia: MISES, Ludwig von. **Ação Humana**. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Considerações finais

O autor Juan de Mariana foi um escolástico pertencente do grupo tardio, sendo este grupo o que mais desenvolveu conteúdo sobre economia. A economia e o dinheiro tiveram mudanças de suas concepções durante o tempo, de Santo Agostinho a São Tomás de Aquino a predominância do pensamento dentro da Igreja Católica Romana era muito baseada em teologia pouco filosófica. As relações que se tinham com o dinheiro por exemplo era apenas o essencial, pois a moeda estava relacionada com a deusa pecúnia, ou seja, uma relação de adoração pagã. Além disso, passagens bíblicas eram a base da argumentação, por isso, fica evidente que este período ficou marcado por uma ideia com predominância teológica desse assunto.

Após a invasão muçulmana na península ibérica e a criação da casa da sabedoria, vários textos de filósofos gregos tiveram a oportunidade de serem lidos por outros estudiosos. A relação da invasão muçulmana com a casa da sabedoria se dá pela liberdade de circulação dentro do território islâmico. Portanto, a inserção de novos trabalhos traduzidos dos filósofos gregos e em especial o Estagirita Aristóteles, proporcionaram autores da Europa Ocidental, principalmente, desenvolver novas teorias quanto a diversas práticas e noções.

São Tomás de Aquino foi quem introduziu de forma definitiva as obras de Aristóteles em conjunto com a teologia católica. Portanto, ao conseguir adaptar as obras do Estagirita com a doutrina católica, Aquino transformou as noções sobre diversos temas que antes eram tratados baseados na tradição católica ou em textos bíblicos. A introdução das leis, eternas, naturais e humanas proporcionou uma nova interpretação do mundo secular, e, com isso, desenvolveram diversas novas ciências. As relações internacionais como uma ciência política foi melhor desenvolvida por Francisco de Vitória aplicando as leis que Aquino explica em sua Suma Teológica. Além disso, vale ressaltar que a economia avançou em muito com as ideias de Aristóteles, principalmente apresentadas por Aquino.

O tratado *De Monetae Mutatione*, escrito em 1609 gerou vários problemas para o autor Juan de Mariana, como o expurgo e a compra em massa de todos seus exemplares. O que sobrou fora um pedaço de sua obra original, portanto, o que foi analisado neste trabalho foi alvo de perseguição do estamento real e da própria Igreja Católica Romana, tendo em vista que o reino da Espanha tinha como religião oficial o catolicismo. Podemos analisar uma obra criminosa em seu tempo, já que Mariana fora acusado de Lesa Majestade. Mas pelo o que podemos analisar de sua obra foi uma crítica à política de desvalorização da moeda, que de acordo com ele, seria vedado tanto por justiça eclesiástica como por leis de reis antepassados. No entanto seu texto traz consigo um teor muito crítico às atitudes reais no meio econômico, como a ideia de monopolizar alguns produtos e de querer utilizar os bens dos súditos para amontoar cada vez mais metal. O que era comum nesta época, levando em conta que o período comercial que estava em vigor era o mercantilismo, que visa a acumulação de metal e uma balança comercial sempre positiva.

O trabalho tinha como objetivo responder a seguinte pergunta: “se a Igreja Católica Romana mudou seu pensamento econômico em detrimento de externalidades, como o estado espanhol e a crescente burguesia, ou mudou de acordo com o pensamento teológico-filosófico em maior vigor, o tomismo? ”. Com os capítulos apresentados e as explicações que puderam ser retiradas dos documentos que foram acessados pode-se concluir que as externalidades influenciaram Juan de Mariana e outros escolásticos a escreverem sobre a economia, mas que o principal modificador do pensamento econômico dentro da Igreja Católica Romana foi a teologia-filosofia tomista. Fica-se evidente que, após a introdução dos temas aristotélicos por Aquino, a própria Igreja Católica Romana modifica seus pensamentos quanto à noção de dinheiro, ao comércio e a usura, que antes tinham um tom extremamente pejorativo e negativo. Sem a introdução do pensamento tomista-aristotélico a própria Igreja Católica Romana que apoiava a criação de universidades e com isso a ciência, não teria avançado e explorado diversos temas, pois se manteriam as conclusões anteriores que eram vigentes no período de Santo Agostinho.

Alguns outros questionamentos foram surgindo durante o trabalho, mas não eram o objetivo desse trabalho discuti-los totalmente. Entre esses assuntos, o que mais se destaca é entender as mudanças do método escolástico e como isso ocorreu, além disso, os impactos na mudança da educação e da ciência no pós-reforma, são temas que

poderiam tomar várias páginas desse trabalho ou se tornar um novo trabalho com questionamentos específicos.

Como explicado na introdução, um dos motivos desse trabalho existir é a necessidade de um trabalho acadêmico sobre esse assunto e autor. Pouco fora abordado na ciência como um todo, os mais relevantes podemos citar: Murray N. Rothbard, Joseph Schumpeter e Alejandro Chaufen. Em sua maioria, esses autores tratam do tema no meio econômico, sendo assim, este trabalho pretende explicar a mudança do pensamento econômico dentro da Igreja Católica Romana através do tratado de Juan de Mariana com o uso da ciência histórica. Sendo a história econômica parte da História, o presente trabalho também questionou e abordou de forma diferente os trabalhos cheios de tabelas e a tentativa da interpretação delas. A interdisciplinaridade nas ciências nos últimos tempos teve uma grande importância para gerar análises mais profundas e com riquíssimas explicações. Desta forma, a análise que fora feita nesse trabalho serve para ajudar os próximos acadêmicos ou aqueles que buscam conhecimento de um assunto que foi negligenciado ou esquecido dentro do meio acadêmico.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. **História da Igreja: Idade Antiga**. 3ª ed. – Lorena: Cléofas, 2017.
- _____. **História da Igreja: Idade Média**. 3ª ed. – Lorena: Cléofas, 2018.
- AQUINO, Tomás de. **Da Justiça**. – Campinas, SP: Vide Editorial, 2012.
- _____. **Suma Teológica: volume 2: Ia Iae** – Campinas, SP: Ecclesiae, 2016.
- _____. **Suma Teológica: volume 3: Iia Iae** – Campinas, SP: Ecclesiae, 2016.
- ARENDRT, Hannah. **O conceito de história** – antigo e moderno. In: Entre o Passado e o Futuro. Perspectiva: São Paulo, 2009. 69-95.
- ARISTÓTELES. **Econômicos**. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. **Política**. Lisboa: Vega Universidade, 1998.
- AZPILCUETA, Martín de. *Manval de confessores y penitentes*. 1557.
- BEJAMIN DE TUDELA. **O Itinerário de Benjamin de Tudela**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2017. p. 159.
- BERENGUER, J. (1993): **El Império de los Habsburgo, 1273-1918**. Edit. Crítica, Barcelona.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BODIN, Jean. *Réponse au paradoxe de M. de Malestroict touchant l'encherissement de toutes choses, et le moyen d'y remédier*, 1578.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV - XVIII**/ Fernand Braudel; tradução Telma Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**/ Fernand Braudel; [tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota]. – São Paulo: Perspectiva, 2009.

CASTILLO DE BOVADILLA, J. (1585): **Política para corregidores**. Instituto de Estudios de Administración Local, edición facsímil, Madrid, 1978.

CHAFUEN, A. **O Pensamento Econômico de Juan de Mariana**. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, v. 2, n. 1, p. 155-161, 1 jun. 2014.

CHAUFEN, Alejandro Antonio. **Fé e Liberdade: o pensamento econômico da Escolástica Tardia**. – São Paulo: LVM Editora, 2019. 352p.

COVARRUBIAS E LEYVA, D. de (1604): **Omnia Opera**, vol. 2, livro 2. Haredem Hieronymi Scoti, Veneza.

DE SOTO, Jesús Huerta. **A Escola Austríaca: mercado e criatividade empresarial**. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 100p.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOPPE, Hans-Hermann. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco** / HansHermann Hoppe. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Dos protoaustríacos a Menger: uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia**. Volume 1 de Coleção Protoaustríacos. LVM editora, 2017.

JOSEPH, Miriam. **O Trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem**. – São Paulo: É Realizações, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto -Ed. PUC-Rio, 2006.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica** (trad. do polaco), 3.ª ed., Barcelona, Ed. Península, 1977.

LAURES, S.J., John. **The Political Economy of Juan de Mariana**. New York: Fordham University Press, 1928.

LE GOFF, Jaques. **A Idade Média e o dinheiro: Ensaio de uma antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2015.

LYONS, Jonathan. **A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental.** – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2011.

MARIANA, J. DE. **Sobre a alteração da Moeda - Parte 1. MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 2, n. 1, p. 163-181, 1 de junho de 2014.

MARIANA, J. DE. **Sobre a alteração da Moeda - parte 2. MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, v. 2, n. 2, p. 459-478, 1 de dezembro de 2014.

MENDES, José Amado - **Novas metodologias na história económica: uma arqueologia industrial.** Revista Portuguesa de História. Nº 30 (1995). Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/en/node/124769>. Acessado em: 05/06/2019.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana.** – São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **Sobre a moeda e inflação: uma síntese de diversas palestras.** – 2ª. Ed. – São Paulo: LVM, 2018.

MOORE, George Albert. Introduction. In: JUAN DE MARIANA. **The King and the Education of the King.** p. 79-80.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Fernand Braudel e as ciências humanas** [livro eletrônico] / Carlos Antonio Aguirre Rojas ; tradução: Jurandir Malerba. – Londrina: Eduel, 2013.

ROTHBARD, Murray N. **An Austrian Perspective on the History of Economic Thought, Volumes I and II**, Edward Elgar Publishing Ltd., 1995.

RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental** – Livro segundo. 3ª ed. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**, vol. 1, 2 ed. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

WOODS JR, Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental.** São Paulo: Quadrante, 2014.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI, XVII).** [S.l: s.n.], 2011.